

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

INFLAÇÃO, POLÍTICA SALARIAL E RELAÇÕES
DO TRABALHO NO BRASIL

Cacilda Carneiro Conzatti

Monografia apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública para a obtenção do grau de Mestre em administração Pública.

RIO DE JANEIRO - 1989

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

INFLAÇÃO, POLÍTICA SALARIAL E RELAÇÕES
DE TRABALHO NO BRASIL

Monografia de mestrado apresentada por

Cacilda Carneiro Conzatti

198910 1120

T/EBAP C7681



1000052256

e

Aprovada em 21.09.1989

Pela Comissão Julgadora

Paulo Roberto Motta

Ana Maria B. Goffi Marquesini

Valéria de Souza

RESUMO

Políticas governamentais frente ao fenômeno inflacionário e seus reflexos nas relações de trabalho durante o processo de desenvolvimento brasileiro. Destacam-se os aspectos mais relevantes do comportamento da inflação e das relações de trabalho no Brasil, até 1988. Abordam-se os instrumentos de políticas governamentais adotadas para conter a inflação em diferentes momentos do processo evolutivo da economia brasileira, especialmente, as políticas salariais e consequentes efeitos sobre as relações de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos a todos os que colaboraram dire
ta ou indiretamente para a realização deste trabalho, espe
cialmente a:

Paulo Roberto Motta, nosso diretor de estudos, que
contribuiu de forma valiosa no desenvolvimento deste estudo e
esteve sempre solícito à discussão de idéias, tendo colocado
à nossa disposição sua grande bagagem de conhecimentos e de
experiência, na busca de caminhos a seguir;

À Valéria de Souza pelo apoio e orientação durante
sua permanência na coordenação do Curso de Mestrado e mesmo
após, desde que manifestamos nossa intenção de realizarmos es
te trabalho;

À Ana Maria Marchesini pelo apoio e estímulo desde a
apresentação do projeto da monografia.

Nossos agradecimentos a todos os professores do Curso
de Mestrado e ao corpo de funcionários da Biblioteca/FGV e da Se
cretaria do Curso que sempre nos atenderam com o máximo de
presteza.

À Darcy de Jesus Silva, responsável pela normalização
deste trabalho, a quem agradecemos os esforços dispendidos e
a grande dedicação.

Agradecemos a todas as instituições que nos fornece
ram informações ou propiciaram o acesso às mesmas, especial
mente, à Escola Brasileira de Administração Pública/FGV, Ministério
do Trabalho/Ma., Secretaria de Planejamento/Ma., Serviço
Social do Comércio/Ma., Instituto Brasileiro de Relações
do Trabalho e Instituto Fundação Brasileira de Geografia e Estadística.

A
minhas filhas, Ana e
Camila
meu marido, Xisto

minha mãe, Silvina
minha irmã, Iracilda

Reverencio a memória
de meu pai, Cláudio
Carneiro de Souza.

SUMÁRIO

	p.
1 - <u>INTRODUÇÃO</u>	1
2 - <u>ANTECEDENTES HISTÓRICOS</u>	2
2.1 - <u>Autoritarismo Patriarcal e Trabalho Escravo até 1889</u>	2
2.2 - <u>A Primeira República e o Trabalho Livre 1889-1930</u>	5
3 - <u>O AUTORITARISMO DO ESTADO NOVO E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</u>	12
3.1 - <u>Inflação</u>	13
3.2 - <u>Política Salarial</u>	15
3.3 - <u>Relação do Trabalho</u>	15
4 - <u>REDEMOCRATIZAÇÃO E TRABALHISMO</u>	18
4.1 - <u>Inflação</u>	19
4.2 - <u>Política Salarial</u>	23
4.3 - <u>Relações do Trabalho</u>	24
5 - <u>AUTORITARISMO MILITAR E CONTENÇÃO SALARIAL (1964-1984)</u>	34
5.1 - <u>1964-1967: O Saneamento Financeiro</u>	34
5.2 - <u>1968-1973: "Milagre Brasileiro"</u>	42
5.3 - <u>1974-1979: Impacto da Crise do Petróleo</u>	53
5.4 - <u>Recessão "versus" Inflação</u>	65
6 - <u>A NOVA REPÚBLICA (1985-1988)</u>	84
6.1 - <u>Inflação</u>	85
6.2 - <u>Política Salarial</u>	90
6.3 - <u>Relações do Trabalho</u>	93
7 - <u>CONCLUSÃO</u>	103
ANEXOS	109
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	112

LISTA DE QUADROS

	p.
QUADRO 1 - Crescimento do PIB e Taxa de Inflação (1930-1945)	14
QUADRO 2 - Crescimento do PIB e Taxa de Inflação (1946-1963)	21
QUADRO 3 - Reajuste de Salário Mínimo - São Paulo	24
QUADRO 4 - Salários Mínimos Reais - São Paulo março/82	25
QUADRO 5 - Salários Mínimos Reais - Rio de Janeiro	27
QUADRO 6 - Reajuste Funcionários Públicos	28
QUADRO 7 - Evolução do PIB e da Inflação (1964-67)	36
QUADRO 8 - Produtividade e Aumento de Salário Real Setor da Indústria de Transformação (1955=100)	39
QUADRO 9 - Salário Mínimo Real em São Paulo e Rio de Janeiro	40
QUADRO 10 - Crescimento do PIB e Taxas de Inflação (1968-1973)	43
QUADRO 11 - Crescimento da Indústria de Transformação (1965-1977)	44
QUADRO 12 - Brasil: Evolução de Renda Fiscal - 1968-1971	45
QUADRO 13 - Evolução de Renda Fiscal - 1968-1971	47
QUADRO 14 - Distribuição de Renda do Brasil (1960- 1976)	48
QUADRO 15 - Evolução do PIB e da Taxa de Inflação 1974-78	53
QUADRO 16 - Evolução do Salários Mínimos Reais	57

QUADRO 17 - Resíduos Inflacionários e Custo de Vida no Rio de Janeiro	58
QUADRO 18 - Taxa de Produtividade Usada para Cálculos de Reajuste Salarial e Taxa de Crescimento do PIB Per Capita	59
QUADRO 19 - Evolução do Salário Mínimo Real e Salário Real do Servidor Público	59
QUADRO 20 - Distribuição de Renda no Brasil 1960/1980	60
QUADRO 21 - Evolução do PIB e da Taxa de Inflação (1979-1984)	64
QUADRO 22 - Salários Mínimos Reais (1978-1981)	76
QUADRO 23 - Poder de Compra do Salário Mínimo em São Paulo (1965-1982)	77
QUADRO 24 - Crescimento do PIB x Inflação	83
QUADRO 25 - Brasil - Piso Nacional de Salário Crescimento Real	92
QUADRO 26 - Salário Médio Industrial (ABDIB) Crescimento Real	94
QUADRO 27 - Brasil - Pessoas Ocupadas com Rendimento no Trabalho Principal e sua Distribuição Segundo a Ocupação	95
QUADRO 28 - Brasil - Pessoas Ocupadas com Rendimento por Faixa de Rendimento	96

1 - INTRODUÇÃO

Pretendemos, com este trabalho, desenvolver um estudo sobre as mais amplas relações entre a inflação, as políticas salariais e as relações de trabalho durante o processo evolutivo da sociedade brasileira.

Dado a extensão e complexidade do tema a envolver variáveis de ordem política, econômica, sociológica e até mesmo filosófica, o que se buscou foi, fundamentalmente, respostas para as questões: como ocorreu a convergência do processo inflacionário e das políticas salariais adotadas pelo governo no decorrer do processo de crescimento da economia brasileira? quais os consequentes efeitos sobre as relações de trabalho? que agentes sociais exerceram maior grau de influência na determinação das relações de trabalho?

Para facilitar o estudo, dividiu-se a experiência brasileira, em 5 grandes períodos, com base em características políticas preponderantes. Também, com o mesmo intuito, procedeu-se à divisão do período correspondente aos 20 anos de pós 1964, em sub-períodos segundo características econômicas mais acentuadas.

As breves considerações sobre o desempenho da economia, decorrem da necessidade de situar as variáveis em estudo no contexto maior em que se inserem, sem nenhuma pretensão de identificar causas e/ou elaborar análise do modelo de desenvolvimento brasileiro.

2 - ANTECEDENTES HISTÓRICOS

As atividades econômicas desenvolvidas no Brasil, nos primeiros séculos de sua formação histórica, foram orientadas para o setor rural que manteve a supremacia do processo econômico até meados do século XX, quando começou a aceleração da industrialização*.

2.1 - Autoritarismo Patriarcal e Trabalho Escravo - até 1889.

A colonização portuguesa no Brasil se fez através da implantação de grandes empresas agro-mercantis cujas atividades se desenvolveram e prosperaram pela oportunidade que tiveram de se apropriar de grandes áreas para cultivo de produtos agrícolas e pela utilização de mão de obra escrava pilhadas na África.

O trabalho escravo foi instituído no Brasil para possibilitar aos portugueses a exploração do açúcar e "neste processo foi importante o fenômeno inflacionário do século XVI, que favoreceu e sustentou a produção açucareira permitindo manter o aumento de produção e possibilitando nova expansão ao mercado consumidor"¹. Observa-se que "o aumento de produção" se verificou antes pela expansão de terras cultivadas do que por inovação técnica, o que significa a manutenção dos níveis de produtividade, requerendo, portanto, mão de obra de baixo custo. Tal fato, aliado à escassez da mão de obra e às condições precárias de trabalho, tornou conveniente a utilização de escravos no setor açucareiro.

¹PINHEIRO, Paulo Sérgio et alii. Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. p.176.

*Ver Anexo I - Distribuição da PEA por setor de atividade 1920-1980.

"Foi graças a escravidão que a empresa agro-mercantil pôde dominar tão completamente a economia brasileira, imprimindo-lhe o perfil de autoritarismo que a caracteriza até o momento"². De fato, pode-se encontrar aí, as raízes de grande parte dos valores que tem orientado, com maior ou menor intensidade o comportamento social no Brasil, como por exemplo, os sentimentos de lealdade, submissão, a baixa valorização do trabalho, etc.

As principais características coloniais continuaram mesmo com a independência política em 1822, pois foram mantidos os centros de poder, inclusive a mesma linha de monarcas, o trabalho escravo e a economia voltada quase exclusivamente para o setor primário exportador.

As atividades mais importantes do período correspondiam a: "cultura do café na região Centro-Sul, a cana de açúcar no Nordeste e a extração da borracha no Norte"³. No final do período, percebe-se indícios de diversificação da economia com o surgimento de atividades manufatureiras desenvolvidas nos centros urbanos localizados nas faixas litorâneas.

As primeiras notícias que se tem sobre a inflação nesse período, indicam que o processo inflacionário durante o Império foi "extremamente brando"⁴.

Tal afirmativa se baseia em dados elaborados por

² FURTADO, Celso. Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. p.105.

³ POLÍTICA de governo e crescimento da economia brasileira; 1889-1945. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p.105.

⁴ SIMONSEN, Mário Henrique. Brasil 2.001. p.120

Oliver O'Nody, como menciona Mário Henrique Simonsen, numa tentativa de quantificação da inflação antes da I Grande Guerra Mundial. De acordo com tais autores, num período de 58 anos (de 1829 a 1887) os preços teriam sido elevados a uma taxa de apenas 1,5% a.a. Já, em 1888, com a crise financeira e a aprovação de uma "Lei Bancária", que dava aos bancos características de bancos emissores, viria dar origem a "uma das mais notáveis inflações da História do Brasil".⁵

Por outro lado, sobre a existência do trabalho livre, diretamente ligado à produção, Pandiá Calógeras assinala "quase não existia mão de obra branca e a única tarefa que sobre esta recaía, era a fiscalização e a direção das turmas de negros"⁶

Afora o trabalho de fiscalização dos escravos, o trabalho livre no final do período, correspondia a algumas atividades manufatureiras que vinham surgindo nos centros urbanos.

No Brasil, a primeira lei que regulamenta o trabalho livre, data de 13 de setembro de 1830 e resulta de acordo celebrado entre "Brasil e Inglaterra, em 23 de novembro de 1826, e no qual se estipulou que, a partir de três anos após as ratificações do ajuste, o tráfico de escravos passaria a ser considerado pirataria"⁷

A Lei 108 de 11 de outubro de 1837 estabelecia que os contratos deveriam ser firmados por escrito. O Código Comercial Brasileiro de 1850 sucedeu-se àquela Lei. Agrupa sob o título

⁵ VILLELA, Aníbal Villanova & SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. p.10

⁶ Apud. MAGANO, Otavio Bueno! Manual de direito do trabalho. p.33.

⁷ Id. ibid.

genérico de "locação mercantil", a locação de coisas, a locação de serviços e a empreitada.

Apesar do que prescrevia a Constituição de 1824, a primeira Carta Magna do Brasil, no seu Artigo 25º "das Disposições Gerais", que determina expressamente a "abolição das corporações de ofício, seus juizes, escrivãos e mestres" começaram a surgir as primeiras tentativas de organização do trabalho livre. Compreendem "algumas categorias urbanas que desprovidas de qualquer amparo, numa sociedade patriarcal de bases rurais se organizam para fins de defesa mútua"⁸ tais como: A Imperial Associação Tipográfica Fluminense, "uma das primeiras organizações operárias do Brasil, foi fundada em 1853; Sociedade Beneficiente dos Caixeiros, em 1858; Associação dos Socorros Mútuos, em 1873; União Beneficiente dos Operários da Construção Naval, em 1884"⁹ e outras similares .

2.2 - A Primeira República e o Trabalho Livre - 1889-1930

A implantação da Primeira República, um ano após a abolição da escravatura, ocorreu sob um clima em que dominou o espírito de liberalismo fundamentado nos princípios do "Laisser Faire", que nortearam a ação governamental em torno do período. O monopólio da opinião política foi quebrado e surgiram várias correntes de pensamento tornando intensa a atividade política no país.

Nos anos que se seguiram à Proclamação da República, registrou-se um aumento considerável de migrantes europeus pa

⁸ RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. p.6

⁹ Id. ibid.

ra o Brasil, tendo em quase sua totalidade, se fixado nos centros urbanos onde as atividades manufatureiras começaram a se desenvolver em meados do século XIX.

Embora o primeiro censo industrial realizado no Brasil em 1907, indicasse a existência de "3.258 empresas, com uma força de trabalho constituída de 150.841 homens"¹⁰, a economia continuou fundamentalmente voltada para o setor agrícola até o final do período.

A abolição da escravatura provocou sérios problemas à estrutura de produção agrícola. A classe produtora passou a necessitar de mais recursos para compensar a perda do capital investido em escravos, garantir as novas despesas de remuneração da mão de obra e enfrentar os problemas oriundos da seca de 1889. Diante deste quadro, o governo republicano determinou que os direitos de emissão de moeda decorrentes da Lei Bancária de 1887, fossem imediatamente utilizados, provocando com tal decisão, "um aumento no papel-moeda muito acima das necessidades"¹¹ e, conseqüentemente "aumento médio anual nos preços estimado em cerca de 20%¹², durante o período de 1889 a 1894.

Segundo Mário Henrique Simonsen "entre 1887 e 1896, os preços teriam mais que duplicado por força das pesadas emissões nos primeiros anos da República. Entre 1896 e 1900, o custo de vida teria baixado 7,5%. Finalmente, entre 1900 e

¹⁰JOVER, Teles. O movimento sindical no Brasil. São Paulo, Ed. Ciência, 1981. p.2.

¹¹VILLELA, Aníbal Vilanova & SUZIGAN, Wilson. Op. cit., p.13.

¹²Id. Ibid.

1912, os preços se teriam mantido virtualmente inalterados baixando apenas de 1% em 12 anos"¹³.

Ainda, segundo aquele autor, entre 1912 e 1914, a elevação de preços foi de apenas 2%. A partir de 1914 até 1927, verificou-se uma tendência ascendente da elevação de preços a presentando uma taxa média de 8% a.a. Entre 1927 e 1933, o custo de vida da cidade do Rio de Janeiro* caiu de quase 15%, com a maior queda anual no biênio 1929-30, quando teve início a Grande Depressão.

Com a Primeira Grande Guerra Mundial, a indústria tomou maior impulso para atender às necessidades de substituir as importações drasticamente reduzidas durante a Guerra. De tal forma é que a quantidade de indústrias instaladas no Brasil em 1920 - quando foi realizado o segundo senso industrial - correspondia a 13.336 unidades que contavam com 275.512 operários.

Embora o número de pessoas ocupadas tenha crescido de forma razoável nos centros urbanos com o desenvolvimento do processo industrial, os assuntos relacionados ao trabalho não mereceram, durante o período da Primeira República, um tratamento adequado por parte das autoridades governamentais, quer pela estreita percepção dos assuntos sociais, quer pelo espírito de liberalismo que orientou a ação do Estado e consequentes escrúpulos de não intervencionismo. Em que pese a crise

¹³SIMONSEN, Mário Henrique. Op. cit., p.120-1.

*O índice do custo de vida do Rio de Janeiro foi utilizado como medida inflacionária para o período de 1914-1930.

estrutural experimentada pela economia, os problemas inflacionários e, principalmente o fato do recente ingresso no mercado de mão de obra, de todo o contingente de escravos beneficiados com a Lei Áurea, mão de obra esta, totalmente despreparada para enfrentar a competição e para a negociação num mercado em que o trabalho está sujeito, como qualquer outro produto, às leis de oferta e procura.

Assim é que, no setor rural, as empresas mercantis perderam o direito de propriedade sobre os portadores da força de trabalho, mas não perderam a posição de patriarcas do setor que, então, sustentava a economia do país. Foi esta posição que levou aquelas empresas a definirem as Relações de Trabalho, para a mão de obra livre, na forma mais próxima possível, em termos econômicos, à escravidão: morador, foreiro, rendeiro, arrendatário, trabalhador assalariado, colono, etc., as quais, "refletem as metamorfoses da grande propriedade e em seu esforço para preservar o monopólio da propriedade fundiária"¹⁴. Ao trabalhador rural, restava a opção de cultivar por conta própria e com técnicas rudimentares, pequenas extensões de terra (as roças), de baixo valor comercial, que também lhe proporciona precárias condições de vida. Sendo a roça, a única alternativa de trabalhar fora das grandes propriedades, para a mão de obra rural, chegou de fato a constituir um reforço à tendência exploratória do grande proprietário que pode impor baixos salários.

No setor urbano, as condições de trabalho eram também muito precárias e a opinião de Deodato Maia, com base em depoimentos higienistas, referindo-se ao Rio de Janeiro foi: "Os

¹⁴FURTADO, Celso. Op. cit., p.106-7.

edifícios de nossas fábricas, com pouquíssimas excepções, são velhos pardieiros ageitados para esta ou aquela indústria; mas, nas instalações ou adaptações à la diable, para tudo se olha, menos para a saúde do operário.

Falta aos vetustos casarões, luz natural, e a luz artificial é irregular e defeituosa; não dispõem elles de ar sufficiente para o número de pessoas que trabalham, quer en globadamente, quer em estreitos compartimentos; não existem reservatórios de água, de acordo com as prescripções hygienicas, nem tampouco aparelhos de desinfecção, e dahi, as vertigens, as náuseas, as dôres thorácicas, a cephalagia, a antropoxina, e outros males que atacam as pessoas que vivem em atmospha viciada"¹⁵

Diante de problemas de tal natureza é normal que as tentativas de organização do trabalho livre, iniciadas no período anterior viessem tomar força e concretização neste período, com a formação de elevado número de associações de classes.

A Constituição de 1891, garantia, no seu Artigo 72, "a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade". No parágrafo 8º do mesmo Artigo, tornava lícita a associação, mas ficava indirectamente ressaltada a possibilidade de intervenção policial.

No entanto, "as questões trabalhistas caíam sempre na jurisdição do Código Penal: daí a afirmação repetida de que a questão social da Primeira República, não passava de um caso

¹⁵ RODRIGUES, José. Op. cit., p.28.

de polícia"¹⁶

O período foi marcado por intensa atividade política e sindical, com greves e reivindicações nos principais centros urbanos do país, como São Paulo, Santos, Rio de Janeiro. As diversas correntes políticas tentaram durante todo o período, influenciar o movimento operário, contudo, foram os anarquistas que preponderaram até os anos iniciais da última década do período.

Nos últimos 10 anos do período, já é menor a influência anarquista. O movimento sindical orienta seus interesses para a vida política, buscando inclusive, a via parlamentar sob a influência do Partido Comunista. Começaram também, a ser introduzidos alguns instrumentos regulamentadores do trabalho, tanto por força das pressões internas, como, e principalmente, em decorrência de acordos internacionais (Tratado de Versalhes),

Em 1923, o Departamento Nacional do Trabalho (criado em 1918) foi transformado em Conselho Nacional do Trabalho, Nessa mesma data, foi instituída a Previdência Social, favorecendo inicialmente os ferroviários. A Lei de Férias foi promulgada em 1925.¹⁷ Com a revisão constitucional de 1926, conseguiu-se modificar um princípio a que se apegavam os opositores a uma legislação sobre o Trabalho: ficou expressamente atribuída a União, a partir daquela data, a faculdade de legislar sobre o Trabalho, o que até então era reservado aos Estados.

Assim, percebe-se que somente nos últimos anos do pe

¹⁶Id. ibid., p.47.

¹⁷Id. ibid., p.17.

ríodo é que os integrantes do sistema político nacional passaram a tratar os assuntos relacionados ao trabalho, encarando os problemas sociais e "se nota uma preocupação crescente em promulgar leis e decretos que contenham os trabalhadores nos seus limites de classe"¹⁸.

¹⁸Id. Ibid., p.17.

3 - O AUTORITARISMO DO ESTADO NOVO E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

A Grande Depressão, com reflexos sentidos logo nos 3 primeiros anos do período, as dificuldades políticas internas que culminaram com as revoluções de 1930 e 1932, a implantação do Estado Novo em 1937, a II Grande Guerra Mundial, a Consolidação das Leis do Trabalho em 1942, constituem os fatos que mais marcaram o período pelas profundas transformações provocadas na estrutura político-econômico-social da sociedade brasileira.

Nos aspectos políticos um fato é particularmente notável: a manutenção no comando das decisões mais altas do país de Getúlio Vargas, durante todo o período, graças a sua grande habilidade de manobra política passando de governo provisório, como tomou posse em 1930, a Ditador a partir de 1934, posição reforçada em 1937, com a Constituição Corporativista que estabelece o "Estado Novo".

O monopólio do poder dos grandes fazendeiros foi quebrado e dividido com mais uma nova classe: a dos industriais urbanos.

A estratégia de Vargas consistiu fundamentalmente em criar uma estrutura organizacional capaz de permitir-lhe o máximo de centralização e que, ao mesmo tempo, pulverizasse os grupos de pressão.

Assim, foram criadas uma série de instituições governamentais para tratar de assuntos setoriais, tais como: café, açúcar, borracha; quebrando-se também o poder dos governos regionais.

3.1 - Inflação

Em fins de 1929 com os preços do café em declínio, a política protecionista do produto suspensa e a perspectiva de super produção para a safra 1929/30, o quadro que já se apresentava crítico veio se tornar dramático com a Depressão.

"A crise do comércio exterior aprofundou-se em 1931. O preço do café já se encontrava a menos da metade dos níveis 1925/29"¹⁹. O saldo de divisas não era suficiente para honrar os compromissos externos, levando o governo a renegociar o pagamento da dívida. A política cambial adotada fez reduzir as importações "a menos da metade dos níveis de 1928/29"²⁰. A consequência mais significativa foi uma diminuição na receita esperada do Governo. Com vistas ao equilíbrio monetário, reduziu-se as despesas, o que acarretou um reforço depressivo, exatamente quando a economia já se encontrava em pleno processo de depressão. No entanto, por acontecimentos históricos - de um lado, a Seca do Nordeste e a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, provocaram um aumento inesperado nas despesas de consumo do Governo e, de outro, a queda da receita em consequência da redução das importações - o deficit orçamentário de 1932 foi o maior da história orçamentária do país até então verificado.²¹

Reprimida a capacidade de importar, surge o desafio à capacidade de produzir e o resultado foi que se deu início ao verdadeiro processo de substituição de importações em que se verificou a industrialização e o desenvolvimento urbano no

¹⁹ VILELA, Annibal Vilanova & ZUZIGAN, Wilson. Op. cit., p.29.

²⁰ Id. ibid.

Brasil.

Outra consequência imediata à crise do comércio exterior é apontada por Celso Furtado: "afetou gravemente as fontes tradicionais de financiamento, obrigando-se até a escapar pelos caminhos incertos da inflação"²²(ver Quadro 1).

QUADRO 1- Crescimento do PIB e Taxa de Inflação
(1930-1945)

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE INFLAÇÃO
1930	-3,4	-9,0
1931	-6,4	-3,7
1932	6,3	0,4
1933	9,2	-0,9
1934	6,0	7,7
1935	-1,4	5,6
1936	13,7	14,7
1937	3,2	7,5
1938	2,5	4,3
1939	0,0	2,6
1940	15,4	6,3
1941	20,2	16,2
1942	-0,3	18,1
1943	6,5	19,3
1944	-2,4	13,9
1945	2,9	15,1

Fonte: SIMONSEN, Mário Henrique. Op. cit., p.314. (fonte indicada: Fundação Getúlio Vargas).

De fato, a elevação do nível de preços durante o período, demonstra uma tendência ascendente após 1930-1934, passando de uma taxa média aproximada de 3,3% negativos para uma média de 7% durante os 7 anos subsequentes. A partir de 1941, a tendência acentua-se e a elevação de preços atinge uma média de 16,5% a.a. nos últimos 5 anos do período.

²²FURTADO, Celso. Op. cit., p.23.

3.2 - Política Salarial

É neste período que surge a preocupação governamental de assegurar ao trabalhador um salário mínimo vital, um dos princípios do Tratado de Versalhes, reiterado em Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

A Constituição de 1934 instituiu o salário mínimo que permaneceu nas Constituições de 1937, 1946, 1967 e 1988, sendo caracterizado na Constituição Vigente como um direito social capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, assegurada a preservação do poder aquisitivo²³:

Embora instituído em 1934, apenas em 1940 foram estabelecidos os primeiros salários mínimos no valor de Cr\$0,22²⁴ pelo Decreto-Lei nº 2.162 de 01.05.40 para vigência a partir de 08.07.40.

Acolhido pela CLT em 1942, foi objeto de reajuste em 1943, tendo passado de Cr\$0,22 para Cr\$0,36.

3.3 - Relações de Trabalho

O trabalho recebeu, neste período, um sentido social, deixando de constituir apenas uma mercadoria sujeita às flutuações de preços da oferta e procura, num mercado competitivo.

Foram baixados uma série de Leis e Decretos regulamentadores do trabalho, culminando com a "Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em 1942. Muitas dessas Regulamentações fo

²³ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1988. Título II, Cap. II, Art. 7º, IV.

²⁴ MAGANO, Otávio. Op. cit., p. 244.

ram objeto de reivindicações da classe trabalhadora, desde o início do século.

Neste período, foi criada a maior parte dos institutos que integrariam o sistema previdenciário com uma série de benefícios sociais: aposentadoria, pensões, auxílio funeral, auxílio doença, assistência médica e outros serviços.

Foram criados também, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), destinados ao treinamento de trabalhadores para a indústria e o comércio respectivamente.

Embora orientado apenas para os trabalhadores urbanos que representavam cerca de 31,1%* da população economicamente ativa, em 1950, não resta dúvida que a legislação de Vargas foi extremamente salutar e representou um avanço muito grande para as relações de trabalho, principalmente se se considera que o país encontrava-se ainda numa fase inicial de desenvolvimento industrial. As relações de trabalho deixaram de ser determinadas no campo das relações pessoais e se revestem de ordenamento jurídico.

Em relação aos funcionários públicos, foi criado o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) em 1938 para promover a melhoria dos padrões administrativos do serviço público federal.

Em contraposição, foi mantido um rígido controle sobre as atividades sindicais. Tratou-se as "questões sociais", menos com a polícia do que com o controle funcional das organizações. O Ministério do Trabalho, criado em março de 1930,

*Calculado com base nos dados apresentados por REZENDE, Fernando. Finanças públicas. p.338.

passou a assumir o controle sobre as atividades sindicais. O Decreto nº 19770 de 19 de março de 1930, estabelecia a existência de delegados do Ministério do Trabalho junto aos sindicatos. Excluía do direito à organização sindical os funcionários públicos e os empregados domésticos. Proibia aos sindicatos, filiarem-se a organizações congêneres fora do país, salvo com prévio consentimento do Ministério do Trabalho. Surgiu o "peleguismo"*, fato que perdurou até nos anos recentes e se constituiu num verdadeiro entrave para o melhor desenvolvimento das relações sociais.

Com o crescimento da indústria, crescia também a classe operária que lhe dava suporte. Agora, com grande influência do Partido Comunista, fundado em 1922, e também, com suas organizações de classe mais fortalecidas não apenas quantitativamente, mas, qualitativamente, decorrência da própria experiência já vivida. Todavia os movimentos reivindicatórios foram inexpressivos, apesar das altas taxas de inflação, e difícil é precisar até onde o fato se deve à falta de liberdade dos trabalhadores, tolhidos em suas bases organizacionais; às preocupações voltadas para as Guerras Mundiais; à empolgação de sentirem-se "protegidos" pelo Estado; ao fato de não terem as oportunidades de trabalho reduzidas (a economia cresceu, apesar da turbulência provocada por fatores externos. As próprias guerras, como já foi indicado anteriormente, induziram o aceleramento do processo de industrialização).

*Peleguismo: fenômeno responsável pelo aparecimento de dirigentes sindicais que se tornam, pelo espírito de cumprimento às atribuições legais, instrumento antes da ordem política dominante e até mesmo de interesses patronais, do que instrumentos atuantes em interesse da própria classe.

4 - REDEMOCRATIZAÇÃO E TRABALHISMO

O período iniciou-se com os anseios de retorno aos princípios do liberalismo econômico que predominara durante a República Velha. O fim do Estado Novo coincidiu com o fim da II Grande Guerra Mundial e é natural que houvesse uma aversão (pelo menos no mundo ocidental) aos regimes de governos totalitários com grande interferência na economia. Foi com tal espírito que a constituição de 1946 foi redigida e fez nascer a Segunda República.

A heterogeneidade do sistema nacional de poder estabelecida por estratégia de Getúlio Vargas no período anterior, prevaleceu nos primeiros anos do período, possibilitando considerável raio de manobra ao Governo Central - inclusive ao próprio Getúlio Vargas que governou como Presidente eleito entre 1951 e 1954. Com a intensificação do processo industrial, via substituição de importações, uma nova classe, a dos industriais, se fortalece e passa a deter, nos últimos anos do período, a hegemonia política na estrutura de poder da sociedade brasileira.

Nesse período, surge também, o trabalhismo, filosofia política enunciada por Getúlio Vargas a se concretizar, à luz de princípios nacionalistas, em medidas de bem estar social e atividade política da classe operária. "Era uma versão atualizada (agora num contexto democrático ao invés de autocrático) da filosofia social que havia sido expressa em termos corporativistas do Estado Novo"²⁵.

²⁵SKIDMORE, Thomas. Brasil; de Getúlio a Castelo. p.103.

4.1 - Inflação

Os princípios do liberalismo econômico nortearam a ação do governo até 1947, quando, em consequência do rápido esgotamento das divisas acumuladas durante a guerra foi reintroduzida a política de controles cambiais, cujos resultados imediatos foram a redução das importações mesmo com a valorização da moeda brasileira. "Outrossim, a política cambial encontrou fundamento de apoio no temor de que a liberação da taxa de câmbio ampliasse os estímulos à produção interna de cafê e acentuasse o processo inflacionário"²⁶

Em 1948, foram restabelecidos controles quantitativos limitando as importações de bens de consumo e favorecendo as de bens de capital. Como havia uma demanda interna insatisfeita, tais medidas constituíram, mais uma vez ao acaso, um forte estímulo à expansão da industrialização.

Assim, "mesmo que o governo declarasse não se haver afastado da sua anunciada política de combate à inflação, com a manutenção das importações, na prática, os regulamentos trabalharam contra os bens de consumo e em favor de artigos esenciais, tais como, combustíveis, equipamentos e maquinaria"²⁷.

Em 1948/49 o preço internacional do café melhora sensivelmente em decorrência da exaustão dos estoques cafeeiros. Este fato, somado às perspectivas de novas restrições físicas surgidas com a Guerra da Coréia, que levou à adoção de pôlítica de forte endividamento externo para financiamento das im

²⁶ ICEPAL/BNDE, Quinze anos de política econômica. p.10.

²⁷ SKMORE, Thomas. Op. cit. pag. 98

portações adicionais, fez com que fosse intensificado o processo inflacionário.

Entre 1951 e 1954, a política de governo demonstra clara preponderância dos objetivos de crescimento sobre os de estabilidade: sob a idéia "desenvolvimentista" começou a surgir a preocupação de dar estímulo à expansão do setor industrial já em ascensão. Intensificaram-se os investimentos públicos em transportes e energia - reestruturação do Plano Nacional Rodoviário, constituição do Fundo Federal de Eletrificação, reequipamento da Marinha Mercante e do sistema portuário. Criou-se a Petrobrás e BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), sendo este último, diretamente orientado para o desenvolvimento industrial (inicialmente teve seus recursos comprometidos com programas de infraestrutura; criado em 1952, somente na segunda metade da década veio a funcionar como órgão de fomento industrial).

Em 1953, procedeu-se uma reforma cambial com vistas à ampliação das fontes de receitas governamentais, haja visto a crescente necessidade de recursos para implantar as políticas desenvolvimentistas e ao mesmo tempo, fornecer estímulos às importações.

Além da reforma cambial de 1953, outras medidas governamentais foram tomadas visando a adequação das receitas do Governo às necessidades de investimento público, tais como: reajuste de taxas de impostos sobre combustíveis em 1952 com os recursos vinculados aos programas rodoviários e, ainda no mesmo ano, a criação do adicional restituível sobre o imposto

de renda, para a constituição do Banco Nacional de Desenvolvimento.

Por outro lado, as empresas vinham tendo seus custos aumentados pelas deficiências de infra-estrutura, principalmente energia e transporte. Além disso, a oferta de alimentos sofreu um estancamento durante 2 anos" (51/52)^{2º}. Tais fatores ao lado da reforma cambial e da elevação de salários reais, respondem pela elevação dos níveis de preços registrados no período, até meados dos anos 50,

As políticas desenvolvimentistas apresentaram como resultados, uma expansão da economia em torno de 5,9% entre 1947 e 1954 ao mesmo tempo que a taxa de inflação passa de 6,3% para 30,3% (ver Quadro 2), a mais elevada até então registrada.

QUADRO 2 - Crescimento do PIB e Taxa de Inflação
(em percentual do ano)
1946-1963

ANO	CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL	TAXA DE INFLAÇÃO
1946	8,1	14,5
1947	2,1	6,3
1948	9,5	9,2
1949	5,6	9,0
1950	5,0	13,4
1951	5,1	19,8
1952	5,6	10,3
1953	3,2	15,1
1954	7,7	30,3
1955	6,8	13,1
1956	1,9	19,2
1957	6,9	12,5
1958	6,6	12,2
1959	7,3	37,7
1960	6,7	30,9
1961	7,3	38,1
1962	5,4	53,3
1963	1,6	73,5

Fonte: SIMONSEN, Mário Henrique. Brasil 2.001.

^{2º} CEPAL. Op. cit., p.15.

Entre 1954 e 1956, a política econômica retorna à convencional preocupação com a estabilidade, adotando medidas restritivas de moeda e de crédito. O resultado foi uma razoável queda da inflação e uma forte contenção da atividade econômica. Enquanto a inflação cai de 30,3% em 1954 para 13,1% em 1955, voltando a 19,2% em 1956, as taxas de crescimento do PIB declinam de 7,7% para 6,8% e 1,9% nos respectivos anos.

Os anos compreendidos entre 1956 e 1960 correspondem ao período do Governo Jucelino Kubitschek, que adotou o Plano de Metas, cujos objetivos propunha uma grande transformação na estrutura da Economia Brasileira.

Visto em termos bem gerais, o Plano de Metas induziu os investimentos privados à expansão e diversificação do setor secundário produtor de equipamentos e insumos e orientou os investimentos públicos para a construção da infra-estrutura (energia e transporte), necessária ao "desenvolvimento economico" e, para algumas atividades industriais básicas, principalmente siderurgia e refinação de petróleo.

Os problemas de "equilíbrio de preços, situação do balanço de pagamentos e comportamento sadio do setor monetário, fiscal e cambial se colocava em segundo plano e a serviço da industrialização"²⁹, com vistas à implantação de uma estrutura industrial integrada. Muita ênfase também, foi dada à construção de Brasília. "Desde que foi iniciada a construção de Brasília, as despesas da União duplicaram em valor monetário, atingindo em termos correntes, uma taxa nunca inferior a 12%

²⁹ CEPAL/BNDE. Op. cit., p.20.

do PIB³⁰.

Obviamente a realização de tais propósitos, que implicariam em vultosos investimentos de longa maturação e as falhas no esquema de financiamento (a maior parte dos recursos seriam providos pelo setor externo), viriam acentuar a tendência ascendente do processo inflacionário. A partir de 1957, até 1961, o PIB cresceu a taxa média de 7% a.a..

Os últimos anos do período foram marcados pelos efeitos da reforma cambial de 1961, que provocou, neste mesmo ano, "uma queda em termos reais de 15% na receita da União. Em 1964, a União ainda não havia recuperado o nível de receita (não consideradas as autarquias) de 1960"³¹. Em consequência, teve o governo que reduzir drasticamente os investimentos públicos, fato que, aliado a outros fatores como as dificuldades de obtenção de créditos externos, induziram a novas emissões de papel moeda, culminando no recrudescimento da inflação que alcançou 53,3% em 1962 e 73,5% em 1963 (passaria para 91,9% em 1964), enquanto o PIB declinou de 5,4% para 1,6% nos respectivos anos.

4.2 - Política Salarial

A política salarial consistia, praticamente, na fixação do salário mínimo e dos vencimentos do funcionalismo público no critério de reconstituir aproximadamente o poder aquisitivo vigente no momento dos reajustes. Como pode ser observado no Quadro 3, os reajustes ocorriam a intervalos

³⁰ ROSSETTI, Paschoal. Economia brasileira. p.39.

³¹ FURTADO, Celso. Op. cit., p.32.

muito irregulares.

Assim, o primeiro reajuste ocorrido no período, foi o de 1952 (decretado em 1951, com vigência em 1952), após 8 a nos desde o último reajuste (dezembro de 1943). Até 1956, os intervalos ficaram em torno de 2 anos. A partir daquele ano, registra-se intervalos de 2 anos e meio (agosto/56 à janeiro/59), outro de 2 anos e 9 meses (janeiro/59 a outubro/61) e fi nalmente, o último intervalo correspondendo a 1 ano e 3 me ses (outubro/61 a janeiro/63).

QUADRO 3 - Reajuste do Salário Mínimo - São Paulo

VIGÊNCIA	VALOR MENSAL (Em Cr\$)
1940 (julho)	0,24
1943 (dezembro)	0,38
1952 (janeiro)	1,20
1954 (julho)	2,40
1956 (agosto)	3,80
1959 (janeiro)	6,00
1960 (outubro)	9,60
1961 (outubro)	13,44
1963 (outubro)	21,00*

Fonte: Até 1961 - BAER, Werner. Op. cit., p.106.
(convertido em cruzeiro novo)

*1963 - MAGANO, Otávio Bueno. Op. cit., p.244.

4.3 - Relações de Trabalho

O exame da evolução do índice do salário mínimo real (Quadro 4) demonstra que nos primeiros cinco anos do perío do, houve uma sensível queda nos salários reais, enquanto os índices de produtividade foram bastante elevados. Houve, as sim, perda, tanto em termos relativos como absolutos para os

trabalhadores urbanos do setor privado. De fato, no período do Governo Dutra, os salários mínimos não foram reajustados, apesar dos crescentes aumentos do custo de vida. Houve, portanto, transferência de renda da classe assalariada (setor privado) para a classe detentora de capital, ou mais propriamente para a classe empregadora, vez que, o Estado também se apropriou do diferencial de preços provocado pela inflação, dada a estrutura distributiva da arrecadação fiscal.

QUADRO 4 - Salários Mínimos Reais - São Paulo, março/82
(julho, 1940=100) produtividade 1964=100

ANO	VALOR MENSAL EM Cr\$	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO	PRODUTIVIDADE
1945	14.445,59	67	118
1950	8.586,55	40	124
1955	23.931,03	111	102
1960	21.615,88	100	98
1965	19.221,49	89	100

Fonte: GALACHE, G. & ANDRÉ, M. Brasil, progresso e integração. São Paulo, Loyola, 1984. p.238.

(Fonte original: DIEESE, abril, 1982. S. Paulo)

Nos cinco anos seguintes que abrangem o período do Governo Getúlio Vargas (1951-1955), as relações de trabalho foram de fato valorizadas, tendo-se registrado uma sensível elevação de ganho real de salários para os trabalhadores urbanos do setor privado. Os aumentos salariais concedidos nos anos de 1951 e 1954 fizeram com que fossem recuperadas as perdas dos 5 anos anteriores e até ultrapassasse os níveis de 1940. O aumento de 1951, na realidade "pouco mais fez que cobrir os mais recentes aumentos de preços"³². Já o aumento de 100% con

³² SKIDMORE, Thomas. Op. cit., p.146.

cedido em 01 de maio de 1954 foi inflacionário, pois representou um acréscimo de pelo menos 37% em termos reais sobre o último reajuste. De fato, a inflação que se encontrava em 1953 a um nível de 15,1%, passa em 1954 para 30,3%; embora não se possa atribuir o fato, exclusivamente ao aumento salarial, pela presença de outros fatores que vinham exercendo pressão inflacionária.

Entre 1956 e 1960 os salários mínimos reais retornam ao nível de 1940 perdendo os acréscimos alcançados nos 5 primeiros anos da década de 50; também evidencia uma queda considerável na primeira metade dos anos 60.

Por outro lado, considerando-se que os dados, como estão apresentados, incluem no último intervalo os anos de 1965 e 1964 que neste trabalho serão objeto de consideração posterior e, também, que a partir de 1952, os intervalos de reajustes de salários tornam-se mais regulares, tomou-se os dados constantes do Quadro 5, referentes à cidade do Rio de Janeiro no período de 1952-1963 (totalmente desagregado no tempo) onde se constata a tendência do salário mínimo real em sentido semelhante ao verificado para a cidade de São Paulo pelo quadro anterior. Ademais, percebe-se ainda que o reajuste concedido em outubro de 1961 significou uma ligeira recuperação em relação ao ano anterior, mas, com o de janeiro de 1963, voltou a cair situando-se no mais baixo nível de salário mínimo do período. Manteve-se, contudo, em nível superior ao vigente em 1952, de forma que as perdas correspondem, de fato, ao incremento no salário real consequente dos reajustes de 1952-54. Considerando-se também que a carga tributária tende à regressividade e as taxas de produtividade registradas

no período, percebe-se que a política salarial a manter salá
rios nominais constantes por longo tempo, em período de eleva
ção de nível de preços, canalizou, via inflação, o incremento
de renda gerado no período para as classes empregadoras.

QUADRO 5 - Salários Mínimos Reais - Rio de Janeiro
1952=100

MÊS/ANO	CUSTO DE VIDA	SALÁRIO MÍNIMO		PRODUTO REAL PER CAPITA
		NOMINAL	REAL	
jan.52	100	100	100	100,0
jan.54	146	200	137	104,8
ago.56	226	316	142	107,4
jan.59	367	500	136	120,2
nov.60	644	800	121	124,2
out.61	867	1.220	129	129,8
jan.63	1.454	1.750	120	-

Fonte: CEPAL. Quinze anos de política econômica brasileira. p. 126.

Quanto ao funcionário público (ver Quadro 6) percebe
-se que entre 1945 e 1948 os aumentos foram concedidos de for
ma diferenciada entre as várias classes de servidores públicos
e situaram-se entre 31% e 40%, bem superiores à elevação do
custo de vida da cidade do Rio de Janeiro.

Entre 1948 e 1951 as diferenças de aumento do funciona
lismo público foram de 7% a 67% de forma que, parte das clas
ses de servidores públicos tiveram seus vencimentos reajusta
dos em níveis inferiores ao custo de vida e parte em níveis ra
zoavelmente superiores. Nos anos compreendidos em 1952-55 to
das as classes de servidores públicos tiveram seus aumentos
muito inferiores ao custo de vida. Os índices de aumento

variaram entre 11% e 40% enquanto o custo de vida

QUADRO 6 - Aumento Percentual dos Vencimentos dos Servidores Públicos Federais e Custo de Vida na Guanabara.

CLASSES DE SERVIDORES	1945 1948	1948 1952	1952 1955	1955 1956	1956 1959	1959 à Julho de 1960	Julho de 1960 a dez. de 1960
A	41	67	40	29	30	28	60
B	38	64	39	61	30	-	54
C	37	60	37	65	30	-	60
D	37	57	36	77	30	-	62
E	38	52	34	85	30	-	65
F	36	53	34	80	30	-	66
G	31	46	31	80	30	-	-
H	32	39	28	81	30	-	55
I	33	33	25	82	30	-	-
J	34	28	22	78	30	-	46
K	31	23	28	69	30	-	53
L	32	19	24	70	30	-	51
M	35	15	14	81	30	-	50
N	38	11	12	72	30	-	50
O	40	07	11	70	30	13	44
CUSTO DE VIDA	28	51	72	21	85	28	15

"NOTA: Em 1959 adotou-se nova classificação dos Servidores Civis. Os aumentos proporcionais registrados desde 1959, são a grosso modo comparáveis com os anteriores".

Fonte: BAER, Werner. Op. cit., p.107.

no Rio de Janeiro, situava-se em 72%, portanto com uma sensível queda no salário real, até para as classes mais beneficiadas com o aumento.

No período de 1955-1956 também foram bastante variados os índices de reajustes, mas, todos, acima do custo de vida. Em 1956-1959, período compreendido pelo Plano das Metas de Jucelino Kubitschek, foi concedido o mesmo percentual de aumento para todas as classes de servidores. Contudo, o percentual concedido de 30% ficou muito aquém do custo de vida que se elevou a 85%.

Entre 1959 e julho de 1960, embora os dados sejam insuficientes percebe-se que houve uma volta ao critério de aumentos diversificados: para as duas classes indicadas, uma recebeu 13% e outra 28% para um custo de vida de 28%.

A semelhança do que ocorreu entre 1955/56, todos os aumentos foram acima do índice de custo de vida, nos aumentos concedidos de julho a dezembro de 1960, sendo que o mais baixo percentual foi de 40% e o mais alto de 60% enquanto o custo de vida foi de 15%.

Fica claro, portanto, a preocupação da política salarial de elevar os salários reais nos reajustes concedidos nos períodos de 1945-48, 1955-56 e julho-dezembro de 1960. No extremo oposto, percebe-se os reajustes para os períodos correspondentes a 1952-55 e 1956-59. Outro aspecto a observar é a disparidade de critérios na avaliação dos níveis de classe, à excessão de 1956-1959, em que prevaleceu o princípio da equidade. Assim, por exemplo, à classe "O", foram atribuídos, sucessivamente, os seguintes percentuais de reajus

tes: 40, 7, 11, 70, 30, 13, e 44. Ao mesmo tempo, à classe "A", atribuíram-se: 41, 67, 40, 29, 30, 28 e 60. No ano em que a classe "O" recebeu 7% de aumento nos seus vencimentos, a classe "A" recebeu 67%.

Quanto à reação das organizações da classe trabalhadora, verifica-se que sua ação foi voltada tanto para os problemas trabalhistas como para os problemas políticos da sociedade como um todo.

Nos 5 primeiros anos, os sindicatos foram objeto de medidas governamentais repressivas, pelas vinculações de muitos de seus líderes com o Partido Comunista extinto em 1947. "A Confederação dos Trabalhadores do Brasil, esquerdista, organizada em 1946, foi declarada ilegal e o governo federal interveio em 143 sindicatos (de um total de 944) para eliminar os elementos extremistas"³³

Assim, o clima democrático para as organizações sindicais, somente se fez sentir em 1950, a partir de quando, mais liberados do autoritarismo (o governamental e a influência do Partido Comunista, de tendência reconhecidamente autoritária), tornava-se progressivamente mais atuante. Segundo indica JOSÉ ALBERTINO³⁴ os reajustes alcançados em 1951 e 1954 resultaram da grande movimentação da classe. Contudo, há também opiniões que atribuem os níveis de aumento ao interesse do então Presidente Vargas, de fortalecer o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com cujo apoio político contaria na época, e

³³ SKIDMORE, T. Op. cit., p.54.

³⁴ ALBERTINO, José. Op. cit., p.178.

por ocasião da futura sucessão presidencial. Realmente, os interesses do Presidente devem ter pesado na fixação dos níveis de aumento, sobretudo o de 1954, muito acima do custo de vida e que tantas polêmicas causou.

Um dos pressupostos do Trabalhismo de Getúlio era a participação política da classe operária (apontado também por críticos, como um "apelo" de Getúlio à classe trabalhadora, da do seu estilo populista) e de fato, entre 1955 e 1963 o movimento sindical se volta para os problemas sociais mais amplos. Se de um lado, o trabalhismo foi fortalecido com o suicídio de Getúlio Vargas e sua famosa carta-testamento, de outro, em decorrência da elevação do custo de vida, o movimento sindical encontrou melhor acolhida junto à população. A colocação de problemas dessa natureza, por sua vez, quase sempre, conduz à discussão de problemas políticos. "Isto é fácil de compreender visto que a carístia, causa imediata das lutas por aumento de salário, é produzida por um complexo de fatores ao mesmo tempo econômicos e políticos, ou melhor, em que os fatores econômicos e políticos se entrelaçam e influenciam uns sobre outros, formando um todo econômico-político individual"³⁵. Assim, os movimentos sindicais dirigem a sua ação para os problemas políticos e "mais uma vez, o sindicato foi altamente arregimentado para reivindicações de reformas sociais, por vezes, lado a lado com o governo"³⁶.

Ademais, mesmo nas questões relativas aos reajustes salariais transparece o posicionamento dos partidos políticos. Assim, no Governo Dutra antigo adversário de Getúlio, não foi

³⁵ PEREIRA, Astrogildo. O movimento sindical no Brasil. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981. p.XI.

³⁶ TOLEDO, Flávio. Op. cit. p. 79.

concedido nenhum aumento para os trabalhadores do setor privado, mas para o funcionalismo público, os aumentos foram muito acima do custo de vida. No período do governo de Getúlio Vargas, aconteceu exatamente o contrário, os empregados do setor privado foram beneficiados com os elevados reajustes conforme ficou demonstrado anteriormente, enquanto os funcionários públicos tiveram, em grande parte, os reajustes abaixo do custo de vida. O governo transitório que sucedeu Vargas e era seu opositor, concedeu aumentos para o funcionalismo público acima do custo de vida para todas as classes em que se agrupam as diversas categorias de funcionários; contudo, não concedeu qualquer aumento para os trabalhadores do setor privado. Neste contexto em que os reajustes salariais são em grande parte função do fortalecimento de bases políticas partidárias, fica clara a posição desvantajosa dos trabalhadores rurais. Assim, os trabalhadores rurais que já não gozavam dos direitos do trabalhador urbano, após a constituição de 1946 com direito de voto apenas para os alfabetizados* - sendo quase a totalidade da população rural analfabeta - ficariam por muito tempo marginalizados do processo das relações político-econômicas da sociedade. Não se quer dizer contudo, ser esse o fator determinante da marginalização do trabalhador rural, pois é sabido que outras forças convergem para reforçar este problema, principalmente o poder dos grandes proprietários de terras ainda muito significativo, ou mesmo predominante, pelo menos nos primeiros anos do período. Observa-se, ainda, que a extensão da legislação trabalhista para o setor rural somente veio a ocorrer (de direito mas não de fato) no final do período, por atuação dos sindicatos dos trabalhadores urbanos cujas reivindicações, neste sentido, foram acolhidas pelo então Presiden

* Este dispositivo constitucional deixou de prevalecer em 1986

te João Goulart (deposto por golpe militar em abril de 1964).

O fato de a Constituição de 1946, inspirada em princípios tão democráticos como os que predominaram na época, não apenas no Brasil, mas, em várias partes do Mundo - e a criação da ONU constituiu um bom exemplo do fato - não admitir o voto do analfabeto demonstra com clareza a persistência de valores culturais com raízes na própria formação da sociedade brasileira; identifica-se (ainda hoje) o trabalho do campo com o trabalho escravo, de forma que a taxa de exploração da mão de obra rural é ainda muito elevada e, às vezes, não muito distante da mão de obra escrava. A grande participação da mão de obra feminina no setor rural se deve aos baixos níveis de remuneração: para garantir a subsistência à família é necessário o trabalho de todos os seus membros, às vezes até mesmo abaixo de 10 anos de idade. A forma de remuneração é bastante variada, mas quase nunca é o salário como também o regime de trabalho nem sempre é o contratual, à exceção do setor moderno agrário que ainda é pouco significativo em termos de oportunidade de trabalho.

5 - AUTORITARISMO MILITAR E CONTENÇÃO SALARIAL (1964-1984)

A partir de 1964, deu-se início a um intenso processo de reformulação dos quadros políticos, institucionais e da política econômica do Governo. No primeiro plano, destacam-se modificações na Constituição e o surgimento de uma extensa legislação que aumenta a competência do executivo em mãos dos militares, refletindo uma grande preocupação em manter o sistema de valores sociais que tem predominado na sociedade brasileira. No segundo, percebe-se, igualmente, uma série de leis, decretos e outras medidas orientando a ação do governo a uma participação marcante na economia. Muita ênfase foi dada ao planejamento cujas atividades foram desenvolvidas de forma centralizada e sob a coordenação de técnicos, com pouca ou quase nenhuma participação dos políticos e da sociedade, haja visto as restrições impostas aos órgãos de representação política, social e à imprensa. O autoritarismo retorna e de forma coercitiva. É importante observar que as reformulações institucionais ocorridas após o movimento de março/64, não afetaram a forma de produção que continuou baseada nos princípios capitalistas.

5.1 - 1964-1967: O Saneamento Financeiro

Com a deposição do Presidente João Goulart em abril de 1964, o seu sucessor, Marechal Castelo Branco, formulou o Programa de Ação Econômica do Governo que se estendia até 1966 e objetivava controlar a inflação e corrigir distorções do sistema econômico provocadas pelo rápido processo de substituição de importações ocorrido na década dos anos 50. Por conseguinte promoveu-se o saneamento financeiro do sistema

econômico.

5.1.1 - Inflação

Em meados de 1964, ano em que a inflação alcançou 87,8% a.a. (ver Quadro 7) e a economia vinha se mantendo dentro de baixos níveis de desempenho, deu-se início a uma política anti-inflacionária consubstanciada em medidas de ordem fiscal, monetária e salarial.

Procurou-se, com a política fiscal, reduzir o déficit, promovendo uma forte contenção das despesas e a elevação das receitas fiscais. Implantou-se uma reforma tributária ampliando as fontes de tributação e modificando a estrutura distributiva de rendas fiscais entre as diferentes esferas da administração pública, de modo a favorecer uma maior participação da União no total das receitas fiscais.

A política creditícia consistiu, basicamente, em limitar o crédito oferecido pelo Banco do Brasil -- (responsável, no período, por aproximadamente, a terça parte do crédito total)³⁶ - e exercer um rígido controle sobre a rede privada de bancos comerciais. Também, procurou-se elevar as reservas monetárias com a colocação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Quanto à política salarial, que será examinada com maiores detalhes em parágrafo posterior, procurou-se reduzir os

³⁶MARINHO, Luís Cláudio et alii. Inflação recente na América Latina. Rio de Janeiro, Graal, 1978. p. 155.

custos e conter a participação dos assalariados na renda nacional.

Desta forma é que, embora tenha acarretado à economia, níveis modestos de crescimento, - o PIB alcançou a média aproximada de 3,8 - a inflação caiu sensivelmente de 87,2% em 1964 para 25,0 em 1967, último ano do sub-período considerado.

QUADRO 7 - Evolução do PIB e da Inflação (1964-67)

PERÍODO	CRESCIMENTO DO PIB REAL	TAXA DE INFLAÇÃO(IGP)
1964	2,9	87,8
1965	2,7	55,4
1966	5,1	38,2
1967	4,8	25,0

Fonte: ROSETTI, José Poschoal. Economia brasileira/82. São Paulo, Atlas, 1982. p.25.

5.1.2 - Política Salarial

Conforme indicado no PAEG - "Programa de Ação Econômica do Governo - Síntese" (pag. 28) em relação aos salários, partiu-se do pressuposto de que, "durante o período do pós-guerra, seus incrementos haviam crescido mais do que a produtividade média da economia". Com o propósito de restabelecer a estrutura distributiva de renda e contribuir para o controle da inflação, foi concebida a política salarial que consistiu na adoção de um novo método de cálculo para os reajustes salariais. O novo método foi instituído pelo Decreto nº 54.018 de 14 de julho de 1964, cujo Art. 7º dispõe: "O salário reajustado será determinado de modo a igualar o salário real médio vigente nos últimos vinte e quatro meses, multiplicado a seguir, por um coeficiente que traduza o aumento de produtivi

dade estimado para o ano anterior, acrescido da previsão para compensações de resíduos inflacionários por ventura admitido, na programação financeira do Governo". Em caráter complementar, o Decreto nº 54.228, de 13 de julho de 1964, mandou "adaptar as taxas encontradas à situação configurada pela ocorrência conjunta ou separada dos seguintes fatores: I) aumento de produtividade; II) melhores condições propostas à categoria profissional ou contratadas com a correspondente entidade sindical; III) necessidade de considerar distorções de salário por ventura ocorridas na categoria ou empresa interessada."³⁷

Aplicada, inicialmente, à área do serviço público federal, estendeu-se ao setor privado da economia através da Lei nº 4.725 de 13 de julho de 1965, com base no argumento de que "a Justiça do Trabalho persistia na prática de conceder reajustes na base do índice de elevação do custo de vida e, em alguns casos, até superiores. Essa prática, segundo o Governo, acarretava aumentos salariais acima das possibilidades de crescimento do produto nacional"³⁸. Outros instrumentos legais também foram instituídos com o objetivo de facilitar a implantação da política salarial, tais como, a Lei nº 4.903, de 16 de dezembro de 1965, o Decreto nº 57.627, de 13 de janeiro de 1966 e o Decreto nº 15 de 29 de julho de 1966, merecendo destacar que pelo Decreto 15/66 ficou estabelecido que os reajustes salariais seriam efetivados de acordo com os índices de atualização dos salários fixados, mensalmente, por decretos presidenciais. Ficou determinado, ainda, pelo aludido Decreto,

³⁷ MAGANO, Otávio Bueno. Op. cit., p.249.

³⁸ Id. ibid., p.250.

que aos resultados encontrados com a aplicação dos índices se-
riam acrescentados apenas o resíduo inflacionário e o percen-
tual equivalente ao aumento de produtividade. Quaisquer ou-
tros aumentos concedidos no prazo de acordo coletivo deveriam
ser compensados, proibindo-se, inclusive, às Delegaciais Re-
gionais do Trabalho procedessem a homologação de contratos co-
letivos com cláusulas divergentes dos critérios estabelecidos.
Com o Decreto nº 17, de 22 de agosto de 1966, foi restabeleci-
da a adição da perda do poder aquisitivo médio durante o pra-
zo compreendido entre a instauração e o julgamento do dissí-
dio. Ademais, foi concedida à Justiça do Trabalho, a faculda-
de de corrigir distorções, tendo em vista a necessidade de ga-
rantir uma adequada hierarquia salarial entre as categorias
profissionais.

5.1.3 - Relações de Trabalho

Examinando-se os dados constantes no Quadro 8, obser-
va-se que os aumentos de salário superiores aos da produtivi-
dade não constitui uma observação válida, à exceção do ano de
1963, para os grupos considerados que correspondem ao setor
da indústria de transformação, portanto, bastante significati-
vo. O método adotado para reajustes de salários apresentou re-
sultados desfavoráveis à classe dos trabalhadores, tendo-se
traduzido, na prática, em redução dos salários reais (ver Qua-
dro 8) uma vez que as previsões de elevação de preços esti-
veram bem abaixo das que de fato ocorreram durante o período
de vigência dos novos critérios de reajuste salarial. Assim,
as previsões para 1965, 1966, e 1967 foram, respectivamente,
25%, 10% e 15%, enquanto as taxas de inflação corresponderam

QUADRO 8 - Produtividade e Aumento de Salário real no Setor da Indústria de Transformação (1955= 100)

	1956		1958		1962		1963		1964	
	S	P	S	P	S	P	S	P	S	P
GRUPO I	110	99	112	125	107	148	117	146	115	152
GRUPO II	105	115	109	123	107	152	131	152	131	158
GRUPO III	104	117	110	161	111	221	142	216	131	207
TOTAL	108	107	113	132	112	173	131	170	129	175

	1965		1966	
	S	P	S	P
GRUPO I	110	147	100	145
GRUPO II	124	158	109	157
GRUPO III	125	206	106	231
TOTAL	123	173	119	178

Grupo I: Produto de madeira, mobiliário, produtos de couro, têxteis, alimentos e bebidas, fumos, editorial e gráfica.

Grupo II: Minerais não metálicos, produtos de papel, produtos de borracha, produtos químicos, produtos metálicos.

Grupo III: Equipamentos de Transportes, equipamento elétrico e de comunicação, produtos mecânicos.

S = Salário Real

P = Produtividade por operário

Fonte: BAER, Werner. A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1984. p. 214.

a 55,4%, 38,2% e 25,0% a.a. também nos respectivos anos, conforme já foi indicado.

Para o funcionalismo público federal, a aplicação dos critérios de reajustes consoante a política salarial acarretou uma perda real a seus vencimentos, da ordem de 41% no pe

riodo de 1964 a 1968³⁹. É importante observar também, que, a partir de 1967, o Governo Central, através de Ato Institucional⁴⁰ proibiu os Estados e os Municípios de reajustarem seus funcionários, inclusive da administração descentralizada, em níveis superiores aos 25% correspondentes ao reajuste dado ao funcionalismo público federal naquele ano.

QUADRO 9 - Salário Mínimo em São Paulo e Rio de Janeiro (aos preços de 1953)

ANO	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO
1964	1 33	1 38
1965	1 32	1 34
1966	1 14	1 20
1967	1 12	1 17

Fonte: BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983.

Evidenciada a queda do salário real para a classe trabalhadora e considerando que a produtividade (pelo menos da indústria da transformação - ver Quadro 8) apresentou taxas de crescimento superiores às taxas de crescimento dos salários reais, conclui-se que a política salarial prejudicou as relações de trabalho, tanto em termos absolutos, como em termos relativos. Isto, sob o aspecto quantitativo, pois, qualitativamente, elevou-se o grau de insegurança e submissão nas relações empregado "versus" empregador, além de haver desestimulado a participação nas entidades sindicais cujo poder de

³⁹ MACHADO, Edgar Godói da Matta et alli. O modelo econômico e político brasileiro. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983. p.28.

⁴⁰ CEPAL. A evolução recente da economia brasileira. Rio de Janeiro, Abril, 1968. p. 124.

barganha, foi sensivelmente reduzido pelas medidas restritivas impostas pelo regime político implantado no país.

Com efeito, os organismos de classe, além das características já apontadas anteriormente, inclusive a patológica presença do peleguismo nos sindicatos, pouco ou quase nada puderam fazer contra tal ordem de coisas. Qualquer tentativa de movimento operário, no sentido de reivindicações, era impedido e seus líderes não raro acusados de subversivos. Em síntese, a natural tendência à exploração da classe trabalhadora pelos detentores do capital foi acentuada sob o patrocínio do próprio Estado, graças ao empenho dos dirigentes da nação em preservar os valores sociais e princípios ideológicos vigentes e tidos como ameaçados no período do governo deposto em 1964 (que contava com o apoio da classe assalariada).

Ademais, vale ressaltar, outra instituição muito importante deste período foi o "Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, em substituição ao sistema anterior de provisões de reservas para indenizações trabalhistas. Seus objetivos consistem em garantir ao trabalhador o recebimento dos benefícios relativos à acumulação do tempo de serviço e dar suporte financeiro à realização da política habitacional do governo, a quem cabe administrar o fundo.

Os reflexos dessa instituição nas relações de trabalho se fez sentir nos aspectos quantitativos em que o FGTS constituiu uma medida certamente progressista podendo permitir, ainda, maiores benefícios aos trabalhadores desde que reformuladas as bases de gestão de seus recursos.

Por outro lado, a opção pelo FGTS tornou-se, na prática, obrigatória, imprimindo um caráter negativo às relações de trabalho nos aspectos qualitativos, contribuindo para aumentar a insegurança quanto à manutenção do emprego e, consequentemente, a submissão dos empregados, bem como, para o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos. Os "estáveis", antes, por terem mais experiência e também por sentirem seguros no emprego, normalmente lideravam os movimentos sindicais. Com a opção pelo FGTS os mais experientes são os que mais temem a participação nos movimentos da classe, diante do risco de perderem o emprego. O fato é agravado em períodos de baixos níveis de desempenho da economia pela tendência ao desemprego, e, mesmo em período de expansão, haja visto, a reconhecida tendência do mercado de trabalho brasileiro absorver menos empregados a partir de certos limites de idade.

5.2 - 1968-1973: "Milagre Brasileiro"

Este sub-período corresponde ao que ficou conhecido como o do "Milagre Brasileiro"*. As políticas governamentais foram orientadas, com êxito, no sentido de promover a aceleração do crescimento econômico e manter a inflação sob controle. Com efeito, o PIB alcançou expressivas taxas de crescimento em todo o sub-período, enquanto a inflação apresentou sensível declínio, conforme evidencia o Quadro 10.

*Assim chamado pela compatibilização de elevadas taxas de crescimento com queda de inflação. No entanto, as altas taxas de crescimento ocorreram em grande parte pelo aproveitamento da capacidade ociosa em que se encontrava a economia após o período recessivo anterior.

QUADRO 10 - Crescimento do PIB Real e Taxas de Inflação (1968-1973)

PERÍODO	CRESCIMENTO DO PIB REAL ¹	TAXA DE INFLAÇÃO
1968	9,3%	25,5%
1969	9,9%	20,1%
1970	8,8%	19,2%
1971	13,3%	19,8%
1972	11,8%	15,5%
1973	13,9%	15,7%

Fonte: ROSSETI, José Paschoal. Op. cit., p.65.

O setor mais dinâmico continua a ser o industrial que alcançou elevadas taxas de expansão em todo o sub-período e, mais acentuadamente, entre 1971-1973 (ver Quadro 11). observe-se que os investimentos governamentais dirigidos principalmente para a siderurgia, energia elétrica, transportes e comunicações, mineração, petróleo e derivados e os investimentos privados orientados mais para produção de bens duráveis e de bens de capital puderam ser realizados tanto com recursos internos, haja visto o desenvolvimento já alcançado pelo sistema financeiro e a emissão de títulos da dívida pública, bem como, com a captação de recursos externos - empréstimos em moeda e financiamento das importações - o que elevou a dívida externa de 3 bilhões de dólares em 1967 para 12,6 bilhões em 1973⁴¹.

Para a expansão do setor de bens duráveis, o mais dinâmico do sub-período, foi decisivo a estrutura e os mecanismos do mercado financeiro na ampliação da demanda interna de

⁴¹MARINHO, Luís Carlos. Op. cit., p.144.

forma mais adequada aos novos níveis de produção. De fato, é que demonstra o comportamento das "Companhias de Crédito", especializadas em crédito ao consumo, que chegaram a representar 15,2% do total de crédito ao setor privado em 1973, com um crescimento médio no período de cerca de 14% em termos reais"⁴². Assim, pode-se alargar o mercado interno para novos produtos ou novos níveis de produção e manter a tendência concentradora de renda.

QUADRO 11 - Crescimento da Indústria de Transforma
ção (1965-1977)

INDÚSTRIA	65-67	67-70	71-73	74-77
a) Bens de Consumo	4,8	11,6	12,3	4,5
Duráveis	13,4	21,9	25,5	5,5
Transportes	13,1	23,9	24,5	-1,0
Elétricos	13,9	17,4	28,0	16,0
Não-duráveis	3,6	9,7	9,1	4,2
b) Bens de Produção	4,5	13,7	15,7	8,6
Capital	4,5	13,7	22,5	8,4
Intermediários	10,8	13,7	13,2	8,7
c) Total	6,8	12,6	14,0	6,6

Fonte: MACHADO, Edgar Godói da Matta et alli. Op. cit., p.23-4.

5.2.1 - Inflação

As taxas de inflação apresentaram uma tendência declinante passando de 25,5% em 1968 para 15,7% a.a. em 1973 (ver Quadro 10). A política anti-inflacionária adotada pelo Governo consistiu, basicamente, em medidas de ordem fiscal, monetária e creditícia, salarial e de controle de preços em consonância com os objetivos prioritários de promover a acelera

⁴²MARINHO, Luís Cláudio. Op. cit., p.165.

ção de crescimento econômico. Em relação a política fiscal, em bora tenha se verificado a aceleração dos gastos públicos pela prioridade dada ao crescimento da economia, manteve-se a polí tica de financiamento do déficit fiscal através da colocação de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Promoveu-se alte rações na estrutura dos gastos expandindo-se mais aceleradamente os dispêndios com capital. Ampliaram-se também as receitas como resultado da reforma tributária (de 1966) e, apesar da con cessão de incentivos fiscais, foi elevada a posição da União em relação ao produto interno bruto (ver Quadro 12). Obser va-se que tal fato ocorreu por força da diminuição da parcela destinada às outras esferas, tendo a carga tributária total apresentado mesmo um ligeiro declínio ao passar de 28,5 para 28,0% a sua posição em relação ao PIB.

QUADRO 12 - Brasil: Evolução da Renda Fiscal
1968-1971

ESFERA DE GOVERNO	TAXAS DE IMPOSIÇÃO FISCAL COM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO	
	1968	1971
G. FEDERAL	10,6	12,0
G. LOCAL	10,1	9,1
OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS	7,8	6,9
TOTAL	28,5	28,0

Fonte: MARINHO, L. Cláudio. Op. cit. 163.

No que se refere à política monetária e creditícia, procurou-se assegurar condições de liquidez, antes pelo crêdi to do que pela expansão dos meios de pagamento, o que foi fa vorecido pela reforma do sistema financeiro.

5.2.2 - Política Salarial

Conforme já foi assinalado, a política salarial sofreu apenas uma ligeira modificação em relação à adotada no sub-período anterior, a que os trabalhadores já se referiam, pejorativamente, como política de "arrocho salarial", haja visto suas características de rigidez e a consequente perda de salário real a partir de sua implantação.

Aquela modificação veio consubstanciada através da Lei nº 5.451, de 12 de junho de 1968, segundo a qual todos os reajustes salariais a partir de 01 de maio de 1968 ficavam dependendo de uma operação corretiva sobre os critérios adotados no reajuste anterior. A correção consistia na substituição dos 50% do resíduo inflacionário previsto e utilizado nos cálculos do reajuste anterior, pelo índice de inflação efetivamente registrado.

Permanece a preocupação em repor o salário real médio dos últimos 24 meses.

5.2.3 - Relações de Trabalho

A aplicação da política salarial, à semelhança do que se verificou no sub-período anterior, apresentou resultados desfavoráveis aos trabalhadores. Examinando-se, em princípio, a evolução dos salários, (ver Quadro 13), percebe-se que, não obstante a modificação de caráter corretivo no critério dos reajustes ocorrida em 1968, o salário real continuou a decrecer até 1971. A partir de 1972, há uma reversão da tendência mas não chega a repor os níveis de 1964, nem mesmo os de 1965.

QUADRO 13 - Evolução do Salário Mínimo no Estado da Guanabara

ANO	VARIAÇÃO PERCENTUAL DO SALÁRIO	CUSTO DE VIDA NA GUANABARA	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL
1964	91,7	91,5	105
1965	54,0	65,9	100
1968	21,6	22,3	89
1969	19,2	22,1	87
1970	20,0	22,7	85
1971	20,6	20,2	85
1972	19,2	16,5	88
1973	16,1	12,7	89

Fonte: MARINHO, Luís Carlos. Op. cit., p.169. (com base em dados do Banco Central e FGV).

Portanto, fica evidente o empobrecimento da massa trabalhadora tanto em termos absolutos como relativos, o que constitui um fato sobremodo grave, haja visto as elevadas taxas de crescimento da economia durante o sub-período considerado.

A maior participação do Estado representou um fato progressista para as relações de trabalho, no que se refere ao alargaram das oportunidades de trabalho reduzindo o desemprego, mas, ao mesmo tempo, promoveu a desvalorização da força de trabalho, via política salarial. Assim, enquanto a economia se expandia a elevadas taxas, crescia também a quantidade de trabalhadores que a cada dia empobreciam mais.

Com efeito, a política salarial a par da política fiscal, acarretou uma maior concentração de renda em torno das classes mais ricas, como pode ser visto no exame do Quadro 14.

QUADRO 14 - Distribuição de Renda no Brasil-1960-1976

FAIXA DE RENDI- MENTO	PARTICIPAÇÃO NA RENDA TOTAL		
	1960 ¹	1970	1976 ²
50% mais pobres	17,4	14,9	13,5
40% seguintes	43,0	38,4	36,1
10% mais ricos	39,6	46,7	50,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0
1% mais ricos	11,9	14,7	17,4

¹FIBGE: Dados do Censo Demográfico

²FIBGE: Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílio PNAD

FONTE: MACHADO, Edgar Godói da Matta et alii. Op. cit., p.29.

Numa tentativa de avaliar a tendência evidenciada nos dados constantes do Quadro 14, vez que os dados relativos ao período de 1976 são resultados de Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar cujo tratamento metodológico difere dos dados censitários referentes aos demais períodos, procurou-se examinar outros indicadores a seguir expostos e que confirmam a quela tendência.

QUADRO 14.1 - Lucro como % do Ativo Líquido das Empresas

	EMPRESAS PRIVADAS	MULTINACIONAIS	ESTATAIS
1977	25,2	23,4	7,8
1978	13,7	13,5	4,8
1979	11,8	7,7	3,1
1980	19,1	15,6	2,3

FONTE: BAER. Op. cit., p.353.

QUADRO 14.2 - SALÁRIOS MÍNIMOS REAIS (São Paulo)

	Em Cruzeiros 1965	Variação %
1970	50,20	-
1976	53,74	7,05
1980	66,43	23,61

*FONTE: A mesma do Quadro

QUADRO 14.3 - SALÁRIOS MÉDIOS REAIS

	ABIDIB	%
1973	8,2	-
1976	6,9	-26,83
1980	28,0	205,80

FONTE: BAER. Op. cit., p.411.

QUADRO 14.4 - PIB per capita

	US\$	Variação %
1970	1,386	-
1976	2,151	55,19
1980	2,477	15,15

FONTE: BAER. Op. cit., p.408.

Percebe-se que a variação dos lucros das empresas no ano de 1977 (dados disponíveis), foi bastante superior ao de 1980, apresentando uma tendência semelhante à variação do PIB per capita que entre 1970-76 cresceu a uma taxa média de 9,2% e no período 76-80 a 3,8% também em média.

Em referência aos salários, ocorreu exatamente o oposto. Enquanto a variação dos salários médios reais chegou a ser negativa no período 1970-76 e a dos salários mínimos (S. Paulo) apresentou um crescimento da ordem de apenas 7,0%, em

1976-80, os primeiros cresceram a uma taxa de 205,80% e os últimos a 23,61%.

Conclui-se, portanto, que as maiores taxas de produtividade verificadas no período que vai do início ao meado da década de 70, foram absorvidas em parcelas significativamente mais vantajosa pelo setor empregador.

Por outro lado, é reconhecida a tendência do mercado de trabalho brasileiro, de proporcionar elevação de salários (em períodos de expansão) aos cargos de gerência e àqueles que exigem especialização da força de trabalho médio e superior - sobretudo estes últimos, super valorizados em decorrência de valores culturais - de forma mais intensa do que a renda média da população. Como o período em estudo apresentou elevadas taxas de crescimento e os salários básicos foram comprimidos em decorrência da política salarial, infere-se que a concentração de renda foi favorecida dentro da própria classe assalariada.

É sabido que houve avanço técnico (com a modernização dos setores dinâmicos) e elevados níveis de produtividade do trabalho, mas vale ressaltar que a elevação da produtividade não ocorreu apenas em função do avanço técnico, mas também, das mudanças nas relações de trabalho. Paul Singer⁴³ demonstra

⁴³ SINGER, Paul. A crise do milagre; interpretação crítica da economia brasileira. 5.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.81.

com base em dados de Pesquisa Nacional por Amostragem de Do micílio-PNAD, que entre os anos de 1968 e 1972, a jornada de trabalho foi sensivelmente ampliada. Enquanto que a porcentagem dos que trabalham menos de 40 horas semanais cai de 16,4% para 13,3% em São Paulo e de 19,2% para 15,3% no Estado do Rio de Janeiro, a porcentagem dos que trabalham mais de 49 ho has por semana aumentou de 24,2% para 28,2% em São Paulo e de 23,2% para 31,8% no Estado do Rio de Janeiro (incluindo a an tiga Guanabara). Aquele mesmo autor, identifica a "disciplina imperante nas Empresas" como um fator que contribuiu mais que o avanço técnico para a elevação da produtividade. Pode haver até algum entusiasmo na afirmativa, mas certamente, se restringirá ao "mais" pois não resta dúvida que a "disciplina" contribuiu em elevadas proporções para o aumento da produti vidade e que os empregadores souberam tirar proveito do clima criado pelas restrições políticas impostas desde 1964.

Paralelamente, cresceram os casos de acidente de traba lho: "Em 1971, para uma população ativa de 7,6 milhões de pessoas, foram registrados 1,4 milhões de acidentes; em 1972, para 8 milhões de trabalhadores, 1,5 milhões de acidentes, e em 1973, para uma população um pouco superior à do ano ante rior, foi registrado 1,6 milhões de acidentes. Em números relati vos, algo próximo de 20% de ocorrência, um dos mias altos índices do mundo".*

Quanto à reação dos sindicatos, apesar do reduzido nível de desemprego, da não participação nos incrementos de renta

*Id. ibid., p.82.

da por parte de maior parcela dos assalariados, foi de modo geral pacífica, uma vez que continuavam em vigor os dispositivos legais limitadores de sua ação de luta pela defesa dos interesses da classe.

Em termos de benefícios, foram criados, em 1970, o Programa de Integração Social - PIS (Lei nº 7 de 07.09.70), e o Patrimônio do Servidor Público - PASEP (Lei nº 08 de 03.12.70), com vistas à formação de um fundo que favorecesse os trabalhadores do setor privado da economia (PIS) e os servidores públicos (PASEP).

Concebidos com objetivos redistributivos de renda, os recursos que os compõe se originam de:

- a) para o PIS - uma parcela correspondente à dedução de 5% do imposto devido pela empresa e, outra, correspondente a 0,75% do valor do faturamento da própria empresa.
- b) para o PASEP - Parcelas correspondentes a 1% das receitas correntes da União, dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios; 2% do Fundo de Participação dos Estados, Municípios e Distrito Federal; 0,8% da receita orçamentária das autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios.

Os recursos de tais fundos, utilizados para fornecimento de empréstimos ao setor privado, foram inicialmente administrados pela Caixa Econômica Federal (PIS) e pelo Banco do Brasil (PASEP). Com a Lei Complementar nº 19 de 25 de ju

nho de 1974, passaram a ser aplicados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em programas especiais de investimento, segundo as diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PND). Os dois fundos foram unificados em 1975 (Lei nº 26 de 11.09.75).

A participação dos trabalhadores corresponde a 50% proporcionais ao valor dos respectivos salários e 50% proporcionais aos quinquênios trabalhados. A distribuição dos benefícios ocorre anualmente, assegurando-se aos empregados cadastrados há pelo menos 5 anos, cujo salário seja igual ou inferior a 5 vezes o salário mínimo, depósito mínimo equivalente ao referido salário mínimo vigente, respeitada a disponibilidade de recursos. Não estão incluídos como beneficiários, "os domésticos, os trabalhadores autônomos, os profissionais liberais não organizados em sociedades, os empregados rurais de proprietários cuja atividade seja exercida individualmente, e os demais trabalhadores rurais que não tiveram a condição de empregados (empreiteiros e parceiros)"⁴⁴. O seu aspecto positivo às relações de trabalho, reside no fato de constituírem uma poupança forçada para a grande maioria dos trabalhadores.

5.3 - 1974-1979: Impacto da Crise do Petróleo

Em 1974, inicia-se a desaceleração do crescimento da economia, já sob os reflexos da crise internacional provocada pela revolução dos preços do petróleo iniciada no final de 1973.

Contudo, o objetivo de manter altas taxas de crescimento continuou até 1976, a condicionar as políticas governamentais, a despeito da tendência inflacionária já sentida por razões de ordem interna - "a estrutura oligipólica de mercado,

⁴⁴MAGNO, Otávio Bueno. Op. cit., 198.

as distorções nos sistemas de comercialização, as elevadas taxas de juros do sistema financeiro nacional e uma infra-estrutura de transporte quase que integralmente voltada para o consumo de combustíveis importados"⁴⁵ - e fortemente agravada pela crise do petróleo.

5.3.1 - Inflação

A implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento econômico que "previa investimentos em larga escala e grande taxa de crescimento para a maioria dos setores - industriais de base, infra-estrutura econômica e social, mineração, etc", acarretou a expansão do PIB a uma taxa média de 6,5% (ver Quadro 15). Tal nível de crescimento, em período de escassez de recursos, e de crise internacional, tornou-se possível através de grande endividamento externo e elevadas taxas de inflação. Assim, a dívida externa bruta que em 1973 era de 12,57 bilhões de dólares, passaria em 1978 a 43,51 bilhões de dólares** enquanto a inflação recrudesce apresentando, já em 1974 a taxa de 34,5%, relativamente alta se comparada à de 15,5% correspondente ao ano anterior. Após um ligeiro declínio em 1975, volta a subir em 1976 para 46,3%, a mais elevada desde 1966. Em 1977 e 1978 situa-se em 38,8% e 40,8% respectivamente (ver Quadro 15).

A partir de 1976 percebe-se uma maior preocupação com o problema inflacionário, embora, para aquele ano, os resultados alcançados (alta taxa de crescimento e de inflação) tenham sido contrários aos objetivos propostos pela política governamental: "aceitar uma taxa de crescimento apenas razoável

⁴⁵MACHADO, Edgar Godói da Matta. Op. cit., p.30.

*BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico, 5.ed. FGV, p.409.

**MARCOS, Eduardo Chaves Bastos. O modelo econômico e político brasileiro. Achiamé. p.27.

mas, reduzir a inflação e o desequilíbrio externo". A este respeito, leia-se Luis Cláudio Marinho, op. cit. p. 189.

QUADRO 15- Evolução do PIB e da Inflação 1974-78

PERÍODO	TAXA DE CRESCIMEN TO DO PIB REAL	TAXA DE INFLAÇÃO (IBP)
1974	9,8	34,5
1975	5,6	29,2
1976	9,0	46,3
1977	4,7	38,8
1978	6,0	40,8

Fonte: ROSSETTI, J. Paschoal. Op. cit. pág. 65.

As medidas anti-inflacionárias adotadas utilizaram -se de instrumentos tradicionais de políticas monetárias e de crédito, salarial, de controle de preços e de controle cambial. Também a política do setor externo.

Através da política monetária, procurou-se, na forma do que ocorreu no período anterior, dar mais dinamismo ao crédito do que à expansão da oferta da moeda.

A política salarial que inicialmente, atenuava as condições vigentes no período anterior, em 1976 volta a admitir um caráter mais rígido, conforme será examinado posteriormente.

Sobre a política de preços - aplicada pela Comissão Interministerial de Preços -(CIP) e pela Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) - verifica-se que foi mais rígida e mais eficiente na contenção de expectativas inflacionárias do que no período anterior. Contudo, seu campo de ação continuou restrito aos preços de produtos industrializados e agrícolas com discreta atuação no processo de comercialização.

Quanto ao setor externo, merece destacar a tendência

acentuada aos déficits no balanço de pagamentos. "Basicamente estes desequilíbrios se originaram no balanço de transações correntes, fortemente negativo pela violenta expansão das importações, e que não pôde ser compensado pela entrada de capitais, ainda que essa entrada tenha sofrido uma forte expansão⁴⁶. A evolução no setor externo, pelos desequilíbrios apresentados constituíram um importante fator de contração da oferta de moeda, baixando o nível de liquidez do sistema.

Várias medidas foram adotadas para desestimular as importações dentre as quais, teve grande repercussão a instituição do depósito prévio para importações em agosto de 1975.

Tal depósito correspondia a 100% do valor FOB das mercadorias e ficaria retido no Banco Central por um prazo de seis meses, sem correção monetária e sem juros. Em dezembro de 1975 o prazo de retenção foi ampliado para um ano.

Por outro lado, diante da pressão que as grandes empresas vinham exercendo nas fontes de crédito interno (com prejuízos para empresas menores em condições desfavoráveis de competição), consequência das medidas restritivas adotadas em 1973 que tornava mais lenta a entrada de recursos externos, tornou-se necessário uma política mais atenta de capitais estrangeiros, para dar cobertura à situação deficitária do balanço de transações correntes. As medidas tomadas consistiram basicamente em: eliminar logo no início de 1974, a retenção dos 40% sobre a contrapartida em cruzeiros dos empréstimos externos, reduzir, em setembro, o prazo mínimo de permanência do capital externo de 10 para 5 anos; reduzir a taxa de impostos sobre os juros enviados para o exterior de 25% para 5%. Assim, e dado o sistema de minidesvalorização adotado, a entra

⁴⁶ MARINHO, Luis Cláudio. Op. cit., p. 186.

da líquida de capitais, embora insuficientes, nos três primeiros anos, para estabelecer o equilíbrio no balanço de pagamentos expandiu-se de forma considerável chegando a ultrapassar a quantia necessária para financiar os débitos em 1977-79*.

5.3.2 - Política Salarial

A orientação básica da política salarial continuou semelhante à adotada desde 1968. Contudo, em novembro de 1974, houve uma modificação no cálculo de reajustes introduzida pela Lei nº 6.147, (de 29 de novembro de 1974), que evidencia a preocupação em repor o salário médio real não dos últimos 24 meses, mas, dos 12 meses anteriores ao reajuste salarial.

De acordo com a mencionada Lei, os reajustes salariais deveriam ser obtidos com a multiplicação do salário vigente pelos seguintes fatores:

a) a média aritmética dos coeficientes de atualização monetária dos salários dos últimos 12 meses;

b) o coeficiente correspondente à metade do resíduo inflacionário previsto para um período de 12 meses, fixado pelo Conselho Monetário Nacional;

c) o coeficiente correspondente à participação no aumento de produtividade da economia nacional ao ano anterior, fixado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República;

d) o quociente obtido entre o coeficiente relativo à metade da taxa de inflação efetivamente verificada no período de vigência do antigo salário e o correspondente à metade do resíduo inflacionário usado na determinação desse "salário".⁴⁷

⁴⁷ MAGANO, Otávio Bueno. Op. cit., p.251.

*Para maiores detalhes ver BAER, Werner. Op. cit., p.413

A partir de 1975, conforme Lei nº 6.205 de 29 de abril, os reajustes salariais compulsórios foram limitados a 30 salários mínimos.

Em 1976, com a elevação da taxa de inflação, as parcelas de aumento correspondentes à produtividade foram eliminadas por provocarem "distorções" nos reajustes salariais.⁴⁸

5.3.3 - Relações de Trabalho

A aplicação dos critérios de reajustes acima indicados, apresentou resultados relativamente favoráveis às relações de trabalho, se comparadas aos resultados desde 1965 quando começou a implantação da contensão salarial. A partir de 1975, houve uma maior aproximação do salário real com o aumento do custo de vida (ver Quadro 16). Também, observa-se que, à exceção do ano de 1974, a evolução dos salários mínimos reais, apresentou uma tendência ascendente, chegando a 1977 com a recuperação do nível vigente em 1973 para a cidade do Rio de Janeiro e até ultrapassando para os casos de São Paulo e Porto Alegre. No entanto, se for tomado por base a situação do salário em 1964 (ver Quadro 16), percebe-se que o poder real do salário vigente em 1978, o mais elevado do período ainda está abaixo do nível vigente para aquele ano.

Ademais, o fato é compreensível, pois decorridos 10 anos de diminuição do salário real, ao continuando-se, com os métodos básicos de reajustes, a recuperação dos níveis reais de salário ficariam diretamente relacionados a uma estimativa otimista do resíduo inflacionário ou do índice de produtividade. Em outras palavras, tais índices,

⁴⁸ BACHA, Edmar. Introdução à macroeconomia. p. 117

incidindo em bases já defasadas (o salário real dos últimos 12 meses já se encontrava muito abaixo daquele vigente em 1964), forçosamente resultaria em reajustes aquém do nível real, a não ser que houvesse uma compensação através de uma superestimativa de um ou de outro (ou ambos) índices. O que se verificou foi uma subestimação do resíduo inflacionário e o abandono da taxa de produtividade em 1976. (ver Quadro 17).

QUADRO 16 - Evolução de Salários Mínimos Reais
(em Cr\$ de 1965)

ANO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE
1973	55,34	51,83	49,86
1974	49,93	47,06	47,13
1975	53,81	51,47	49,09
1976	53,56	53,74	52,77
1977	53,92	54,86	52,30
1978	55,03	55,30	54,50

Fonte: BAER, Werner. Op. cit., p. 410 (fonte original: Boletim do Banco Central do Brasil)

Quanto à produtividade, vê-se, que houve maior preocupação em elevar a participação da classe assalariada atribuindo maior peso (ver Quadro 18) à produtividade na fixação de índices para os cálculos dos reajustes, porém, os objetivos não foram plenamente alcançados, tendo a parcela de reajuste derivada da utilização de tal índice, funcionado, de fato, para neutralizar, total ou parcialmente os efeitos da subestimação do resíduo inflacionário.

Para o funcionalismo público, a aplicação da política salarial, no sub-período considerado, apresentou o mesmo sentido, ou seja, o da recuperação dos níveis reais de salário

QUADRO 18 - Taxa de Produtividade usada para Cálculo de Reajuste Salarial e Taxa de Crescimento do PIB Per Capita (1964-1976)

PERÍODO	PRODUTIVIDADE	PIB PER CAPITA
1964 - 1965	1,0	0,0
1965 - 1966	0,0	0,3
1966 - 1967	2,0	2,0
1967 - 1968	2,0	2,0
1968 - 1969	2,0	6,0
1969 - 1970	3,0	6,5
1970 - 1971	3,5	6,0
1971 - 1972	3,5	8,9
1972 - 1973	3,5	6,7
1973 - 1974	3,5	8,3
1974 - 1975	4,0	6,7
1975 - 1976	4,0	1,2

Fonte: BACHA, Edmar. Op. cit., p. 118

QUADRO 19 - Evolução do Salário Mínimo Real e Salário Real do Servidor Público

ANO	SALÁRIO MÍNIMO REAL 1964 = 100	SALÁRIO REAL DO SERVIDOR PÚBLICO 1964 = 100
1964	100	100
1968	76	59
1974	58	40
1977	63	39

Fonte: MACHADO, Edgar Godói da Matta. Op. cit., p. 28 (fonte indicada: DIEESE, SP).

De fato, entre 1976 e 1980 houve uma certa inversão da tendência, de forma que, os 1% mais ricos, que em 1976 contavam com 17,4% da renda, em 1980, apenas com 14,9%; ao mesmo tempo, os mais pobres, aumentaram sua participação de 13,5% para 14,5% da renda nos respectivos anos. Observe-se no entanto, que, comparando-se a posição dos extratos constantes do Quadro 20

nos anos 70 e 80, verifica-se que persistiu a concentração de renda. Contudo, não resta dúvida, que o processo foi aliviado, sendo que, em 1980, já se fazia sentir, também, os reflexos das modificações da política salarial ocorrida em fins de 1979.

Enquanto a inflação, decorrente de outros fatores que não os salários, ia provocando diminuição gradativa dos salários, a política salarial procurou, no período, neutralizar seus efeitos através de correções anuais, tendo-se conseguido inverter a tendência verificada até 1974 (ano inicial do sub-período em estudo) de queda dos salários reais, para a manutenção ou elevação dos mesmos. Não parece demais lembrar que o grau de concentração de renda ao se chegar aos ano 80, ainda foi ligeiramente superior à situação vigente em 70, havendo portanto, ainda muito caminho a percorrer no sentido de recuperação salarial, se tomado o período todo (1964-1978) para análise.

QUADRO 20 - Distribuição de Renda no Brasil

FAIXAS	PARTICIPAÇÃO NA RENDA TOTAL(%)			
	1960 ¹	1970 ¹	1976 ²	1980 ¹
50% mais pobres	17,4	14,9	13,5	14,5
40% seguintes	43,0	38,4	36,1	37,8
10% mais ricos	39,6	46,7	50,4	47,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
1% mais ricos	11,9	14,7	17,4	14,9

Fontes: (¹) IBGE, Anuário Estatístico

(²) IBGE, Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (ver Quadro 14, Cf. p.48).

O fato se agrava quando se considera que a concentração de renda ocorre também em elevado grau, na própria clas

se assalariada, em cujos 50% é grande a margem de exploração; entre os detentores do capital, em detrimento das empresas de menor porte (que empregam, relativamente, mais mão de obra) e dos periféricos setores autônomos e de subsistência, que lhes constituem o exército industrial de reserva; que o sistema tributário é reconhecidamente regressivo. Neste campo vale ressaltar que, no tocante aos benefícios previdenciários, o economista Fernando Resende* demonstrou que tais benefícios proporcionam um razoável grau redistributivo de renda, tanto em termos pessoais como regionais, a despeito de serem regressivos na composição dos recursos (segundo a legislação, acima de 20 salários mínimos, as taxas de desconto em folha de pagamento diminuem).

Assim, pode-se ver que a política salarial no sub-período considerado, se não prejudicou as relações de trabalho, em termos absolutos, o fez em termos relativos, privando a grande massa de trabalhadores de participar dos incrementos da renda no período.

Por outro lado, "a partir da segunda metade da década de 70, acelerou-se, internamente, no Brasil, o desgaste do regime implantado em 1964"⁴⁹ e o poder de diversas organizações começou a se manifestar contra as restrições políticas impostas pelo regime, em favor da redemocratização do país. Vale destacar a ação da Igreja Católica, que, pelos próprios objetivos e nova forma de atuação face aos problemas mundiais, vinha já exercendo um papel importante na conscientização das massas, quanto aos direitos e responsabilidades dos seres hu

⁴⁹ TAVARES, José Nilo. O Modelo Econômico e Político Brasileiro. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983. p. 55

*REZENDE, Fernando. Op. cit.

manos e cristãos. No Brasil, é provável que o fato de o sistema mais abrangente estar sob o comando de um protestante (o presidente Ernesto Geisel embora não tenha dado, ostensivamente, conotação religiosa à frente dos negócios públicos, é declaradamente protestante) tenha pesado para que a Igreja intensificasse sua ação (?). Também deve ter contribuído para tal, a campanha dos direitos humanos, levada a efeito com entusiasmo pelo presidente J. Carter dos E.E.U.U., além de funcionar como elemento de pressão junto às autoridades governamentais, contribuiu para tornar mais perceptível à sociedade, o fato de que muitos daqueles direitos vinham sendo desrespeitados no Brasil.

Assim, também a classe dos trabalhadores, sobretudo no Estado de São Paulo, intensificou sua manifestação contra "as restrições que há anos, o regime opunha à sua liberdade de organização e manifestação, utilizando impiedosa repressão policial-militar"⁵⁰. Surgem vários movimentos grevistas, cabendo destacar a greve dos Trabalhadores do ABC paulista em 1979 que culminou com a reconquista da capacidade de renegociação. Várias categorias de trabalhadores foram incorporadas, tais como, industriários, comerciários e servidores públicos, da educação, saúde e outros setores. Os movimentos foram organizados em torno de reivindicações econômicas, sociais e políticas sendo estas, voltadas mais para o estado de suficiência organizacional e legal (autonomia de gestão, direito à greve, representação nas empresas, etc.), do que para as reformas das estruturas políticas e econômicas da sociedade.

⁵⁰ TAVARES, José Nilo. Op. cit., p. 57

5.4 - Recessão "versos" Inflação

Em 1979, iniciam-se, efetivamente, as modificações no plano político, com a anistia, a derrocada do Ato Institucional nº 5 e de outras medidas repressivas. As bases de poder foram mantidas. Entretanto, o processo ("lento e gradual") de abertura conduzido pelo Presidente João Figueiredo, culminou após as eleições diretas para os governadores dos Estados da Federação em 1982, com a escolha, via eleições indiretas, do candidato das oposições à Presidência da República que propõe substanciais modificações nas estruturas que dão suporte às relações política-econômico-sociais, segundo as aspirações de democráticas da sociedade. Assim, em 1984, o último ano considerado, quebra-se a aliança entre as classes dominantes e os militares, que de certa forma constituíram o principal elemento de sustentação para o exercício do poder desde 1964.

Não obstante, o processo de abertura política ter despertado, inicialmente, expectativas otimistas quanto ao desempenho da economia, foram os fatores externos que prevaleceram na escolha da ação governamental, tal a gravidade dos problemas com o balanço de pagamento.

Enquanto a recessão mundial prejudicava as receitas com exportações, crescia a necessidade de destinar aos serviços da dívida, grande parcela destas receitas. Tais fatos, aliados às altas taxas de juros cobradas nos mercados financeiros internacionais e a relutância destes em assumir novos compromissos diante do grande número de países que tiveram que renegociar a dívida em 1982⁵¹, explicam na maior parte o desempenho da economia no período, marcado principalmente, pe

⁵¹ BAER, Werner. Op. cit., p.427.

la recessão e pelo recrudescimento da inflação (ver Quadro 21).

QUADRO 21 - Evolução do PIB e da Inflação (1978-1984)

ANOS	PIB REAL %	TAXA ANUAL DE INFLAÇÃO (IGP)%
1979 ¹	6,4	77,2
1980 ¹	8,0	110,2
1981 ²	-1,6	95,2
1983 ²	0,9	99,7
1983 ²	-3,2	211,0
1984 ²	3,1	220,6

Fonte: ¹ROSSETTI. Op. cit., 65.

²PIB REAL. Relatório do Banco Central - 1985.

5.4.1 - Inflação

A política econômica adotada pelo governo, logo nos primeiros meses do período (março a agosto), colocava os problemas da inflação e do balanço de pagamento em ordem de prioridade sobre a aceleração do crescimento econômico, haja visto o crescente agravamento daqueles problemas em decorrência da crise do petróleo e da necessidade de importação. A respeito da política implantada naquele período (março-agosto), veja-se a observação do economista Carlos Lessa, segundo o qual, o então ministro do planejamento "estabelece uma política de elevação da taxa de juros como modo de comprimir os excessos de investimento. Ao fazê-lo, realimenta a entrada de recursos externos com a possibilidade especulativa. Preocupado com a expansão monetária da dívida, busca enxugá-la com a expansão da dívida pública, dando livre curso à exacerbação

da acumulação financeira especulativa. A evolução dos custos financeiros produzida no circuito especulativo amplia e amplifica expectativas inflacionárias e pela correia dos preços, abre-se uma taxa ampliada da inflação."⁵²

Por outro lado, como se julgava que uma diminuição no ritmo de crescimento poderia prejudicar o processo de abertura política, mudou-se a orientação da política econômica, atribuindo-se maior prioridade ao crescimento. Assim a política econômica posta em prática após agosto de 1979, visava, primordialmente, manter os níveis de crescimento econômico através da expansão do setor primário e das exportações. Em segundo plano, seriam tentados uma redução na taxa de inflação e a compatibilização do balanço de pagamentos com a administração da dívida externa. Em novembro de 1979, modificou-se a política salarial com vistas a proporcionar elevação de ganhos reais de salário (a política salarial será examinada com maiores detalhes no item posterior).

No entanto, logo em fins de 1979, foram tomadas medidas sintetizadas em "pacote econômico" que consistia, sumariamente em:

- "a) uma maxidesvalorização do cruzeiro em 30%;
- b) eliminação dos subsídios à exportação;
- c) eliminação do depósito prévio de 10% durante um ano, para importações, em cruzeiros, que tenha afetado 35% das importações;
- d) eliminação de vários outros incentivos fiscais;
- e) aumentos substanciais das tarifas de serviços públicos;

⁵² BASTOS, Eduardo M. C et alii. Op. cit., p.33

- f) imposto temporário sobre lucros extraordinários na exportação de produtos agrícolas (mais tarde abolido), para custear as perdas das empresas com dívidas em dólares;
- g) abolição da Lei dos Similares, que dava grande proteção contra as importações, com isenção especiais;
- h) abolição da exigência do depósito sobre entrada de capitais e redução do imposto de renda sobre remessa de juros, de 12,5% para 1,5% para encorajar os empresários estrangeiros no Brasil"⁵³

Em início de 1980, foram tomadas medidas suplementares: pré-fixação da taxa cambial (a desvalorização do cruzeiro seria limitada a 40% no decorrer do ano); pré-fixação da correção monetária em 45%; maior controle de preços industriais, com vistas a evitar a transformação dos aumentos de custos decorrentes da maxidesvalorização cambial; também as taxas de juros passaram a ser controladas e mantidas artificialmente baixas para desencorajar a poupança interna o que seria controbalançada pelos empréstimos externos estimulados com a pré-fixação da taxa de câmbio.

O resultado de tais medidas, foi que o PIB atingiu as taxas de 6,4% e 8,0% (ver Quadro 22) para os anos de 1979 e 1980, respectivamente. Mas, também a inflação recrudesceu atingindo as faixas inesperadas de 77,2% e 110,2% nos respectivos anos de 1979 e 1980.

Os resultados no decorrer de 1980 foram de tal forma surpreendentes que no final do ano, "a maior parte das medi

⁵³BAER, Werner. Op. cit., p.414.

das haviam sido revogadas. A indexação plena foi reintroduzida e a desvalorização pré-fixada, abolida. Quase todas as taxas de juros foram liberadas tornando-se positivas em termos reais. Além disso, em fins de 1980 foram intensificados os cortes recessionários dos investimentos do governo"⁵⁴ (principalmente investimentos das estatais).

Assim é que, a partir de 1981, a política econômica do governo mudaria sensivelmente, passando o controle da inflação e do déficit no balanço de pagamento a constituir os objetivos de maior prioridade, em detrimento do ritmo de crescimento.

As medidas neste sentido consistiram, principalmente de:

- a) rígido controle na oferta de moeda;
- b) manutenção dos preços internos altos para a energia;
- c) reindexação plena;
- d) aceleração das minidesvalorização do cruzeiro;
- e) modificações contencionistas na política salarial em 1983.

Em consequência, a economia experimenta um período recessivo em que o PIB apresentou as taxas de 1,9% negativos, 0,9% e 3,2% negativos, para 1981 - 82 - 83 respectivamente. Ao mesmo tempo a inflação alcançou altos níveis. Com efeito, a inflação, após um ligeiro declínio em 1981, quando a taxa foi

⁵⁴ BAER, Werner. Op. cit., p. 417.

de 95,2% contra os 110,2% alcançados em 1980, volta a subir em 1982 com uma taxa de 99,7% atingindo 211,0 em 1983 e 223,8% em 1984, a mais elevada da história do país até então.

Quanto à dívida externa, em 1978 era de 43,5⁵⁵ bilhões de dólares, em 1981, passa para 61,4⁵⁶ bilhões de dólares, alcança em 1984, cerca de 91,1* bilhões de dólares.

Observe-se, no entanto, que em 1984 começou a surgir indícios de recuperação da economia com o crescimento industrial em torno de 5%* e o declínio do nível de desemprego cujas taxas de dezembro corresponderam a 5,07% e 4,07% para o Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, contra as também respectivas médias anuais de 6,76 e 6,80**.

5.4.2 - Política Salarial

Em 1979, a política salarial sofreu uma modificação mais expressiva, conforme pode ser deduzido pelo exame da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que objetivou a reposição dos salários reais das camadas de mais baixa renda (até 3 salários mínimos) e impôs reajustes semestrais compulsórios de salários, a todos os trabalhadores, exceto para o funcionalismo público. O artigo 1º da mencionada Lei, estabelece: "o valor monetário dos salários será corrigido semestralmente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor". Para o cálculo do reajuste foram adotadas, conforme a Lei nº 6.886, de 1980, os seguintes critérios: "A correção efetuar-se-á se

⁵⁵BEAR, Werner. Op. cit., p.425.

⁵⁶Id. ibid., p.425.

*Conjuntura Econômica. FGV, :77, out. 1986.

**Id. ibid., p.64.

gundo a diversidade de faixas e acumulativamente observados os seguintes critérios:

- I - Até três vezes o valor do maior salário mínimo regional, multiplicando-se o salário ajustado por um fator correspondente a 1,1 da variação semestral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor;
- II - De três a dez salários mínimos, aplicar-se-á até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 1,0;
- III - De dez a quinze salários mínimos aplicar-se-á até os limites dos incisos anteriores, as regras neles contidos e, no que exceder, o fator 0,8;
- IV - De quinze a vinte salários mínimos aplicar-se-ão até os limites do inciso anterior as regras nele contidas e, no que exceder, o fator 0,5;
- V - Acima de vinte salários mínimos aplicar-se-ão as regras dos incisos anteriores até os respectivos limites e, no que exceder, o fator zero".

A Lei nº 6.886 de 10.12.80 que reduziu o limite de reajustes salariais compulsórios para o valor correspondente a vinte salários mínimos, estabeleceu também que "no primeiro semestre, a alteração do valor monetário corresponde a mera correção salarial, de aplicação automática, tendo em vista os índices de correção publicados mensalmente. No segundo semestre, a alteração deve traduzir aumento correspondente ao aumento da produtividade do fator trabalho, no setor respectivo, aumento esse que pode ser obtido através de negociação coletiva ou decisão normativa". O Decreto nº 84.560 de 14.03.80 es

clarece que o "Acréscimo de produtividade" referido naquela Lei, deveria ser considerado como o aumento de produção decorrente do melhor desempenho do trabalhador. Como a matéria se tornou ambígua, recebendo interpretações diferentes nos diversos tribunais trabalhistas do país, o Tribunal Superior do Trabalho veio a "fixar a alíquota de quatro por cento como sendo a taxa máxima de produtividade"⁵⁸

No final do ano de 1983, a política salarial foi alterada passando a admitir não mais a elevação e a manutenção dos salários reais para os trabalhadores nas faixas de até dez salários mínimos, mas somente a manutenção dos níveis reais de salários para os valores correspondentes até três vezes o maior salário mínimo.

O Decreto-Lei nº 2.065 de 26.10.83, que expressa a política salarial vigente até o mês de outubro de 1984, o último ano do período, altera os critérios de reajustes na forma de seu Artigo 26 que dispõe: "o aumento salarial, até 31 de julho de 1985, será obtido a cada semestre, seguindo os critérios:

- I - até 3 (três) vezes o valor do maior salário mínimo, multiplicando-se o salário por um fator correspondente a 1,0 (uma unidade) da variação semestral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC;
- II - de 3(três) a 7(sete) maiores salários mínimos a plicar-se-ã até o limite do item anterior, a re

⁵⁸ MAGANO, Otávio Bueno. Op. cit., p. 255.

gra nele contida e, no que exceder, o fator 0,8 (oito décimos);

III - de 7(sete) a 15(quinze) maiores salários mínimos aplicar-se-ão, até os limites dos itens anteriores, as regras neles contidos e, no que exceder, o fator 0,6 (seis décimos);

IV - acima de 15(quinze) maiores salários mínimos aplicar-se-ão as regras dos itens anteriores até os respectivos limites, e, no que exceder, o fator 0,5 (cinco décimos)". A produtividade passa a ser objeto de negociação.

A Lei nº 7.238 de 29 de outubro de 1984 revoga o Dec. 2.065/83 e fixa novos critérios de reajuste para a correção dos salários favorecendo as faixas assalariadas com ganhos acima de 7(sete) mínimos e admitindo a negociação para os ganhos de produtividade. No Art. 2, a referida Lei estabelece: "a correção efetuar-se-á segundo a diversidade das faixas salariais e cumulativamente, observados os seguintes critérios:

- I - Até 3(três) vezes o valor do salário mínimo, multiplicando-se o salário ajustado por um fator correspondente a 1,0 (uma unidade da variação semestral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC;
- II - Acima de 3(três) salários mínimos, aplicar-se-á o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,8 (oito décimos)".

Ainda, através do Artigo 12:

"Parcela suplementar poderá ser negociada entre empregados e empregadores por ocasião da data

base, com fundamento no acréscimo de produtividade da categoria, parcela essa que te
rá por limite superior fixado pelo Poder
Executivo, a variação do Produto Interno
Bruto - PIB real "per capita".

A partir de maio de 1984, os salários mínimos regio
mais foram unificados, prevalecendo para todo o país, o de
mais elevado nível, ou seja, o salário mínimo que então cor
respondia à região abrangida por São Paulo, Rio de Janeiro,
Minas Gerais e Espírito Santo.

5.4.3 - Relações de Trabalho

Examinando-se em princípio, os efeitos da política sa
larial adotada a partir de 1979 sobre o processo inflacionár
rio como fator de realimentação, convém considerar:

- a) O alcance dos objetivos redistributivos de renda
foi sensivelmente prejudicado, uma vez que as em
presas puderam transferir para os preços de seus
produtos o incremento da remuneração do trabalho.
Assim, a política salarial adotada no período, além
de não ter alcançado, plenamente, seus objetivos
redistributivos, veio contribuir para o aumento do
nível de desemprego. Quanto a seus efeitos sobre
o processo inflacionário, as evidências indicam
que o fato ocorreu em reduzido grau. A política salarial

rial em exame, foi posta em prática no final de 1979, ano em que a taxa de inflação já se situava em 77,2% (IGP - Ver Quadro 21) e, desde 1974 vinha apresentando tendência sensivelmente ascendente. Em 1980, o primeiro ano durante o qual foi aplicada a política salarial, houve realmente um grande salto da taxa de elevação de preços (de 77,2 em 1979 para 110,2 em 1980), contudo, ligeiramente menor do que o verificado entre 1978 e 1979, quando os índices registrados foram de 40,8 e 77,2 respectivamente.

Pode-se no máximo admitir que, não fosse a adoção da política salarial nos termos em que ocorreu o degrau inflacionário teria sido um pouco mais baixo.

Em 1981, quando o desempenho da economia já apresentava o índice de 1,9 negativos e taxas de desemprego de aproximadamente 10%⁵⁹, a inflação cai para 95,2%.

Contudo, em 1984, quando foram aplicadas as alterações contencionistas da política salarial ocorridas em fim de 1983, com o índice máximo de reajuste equivalente ao INPC, a inflação atingiu a alarmante taxa de 223,8%.

- b) sob o aspecto da semestralidade dos reajustes, a política salarial, admitindo atualização dos salários

⁵⁹ ROSSETI, Paschoal. Op. cit., p.31.

em períodos mais curtos (de 12 meses, passou para 6 meses o período de reajuste) também contribuiu para a elevação dos níveis alcançados pela inflação no Brasil, contudo, ainda aí, a sua contribuição é relativamente menos significativa do que a de outros fatores, como as taxas dos serviços públicos, os débitos fiscais e financeiros em que os períodos de reajustes são trimestrais e mensais. Assim, sob o aspecto em exame, pode-se afirmar que a política salarial contribui para a realimentação do processo inflacionário de forma semelhante à indexação que, introduzida no Brasil desde 1964 objetivando basicamente corrigir distorções provocadas pela inflação do mercado financeiro, nos anos mais recentes vem contribuindo para alimentar o processo inflacionário, fato já reconhecido, senão por todos, pela grande maioria dos analistas econômicos.

- c) É sabido que as grandes empresas têm mais poder de pressionar a elevação dos preços e que o peso do custo da mão de obra é relativamente baixo, nestas empresas, sobretudo da mão de obra pouco qualificada para quem os reajustes foram maiores que a inflação. As empresas de pequeno porte que normalmente operam com tecnologia mais absorvedora de mão de obra de baixa qualificação, não exercem muita influência na elevação dos preços, recaindo o impacto negativo da elevação dos custos decorrentes da política salarial sobre os níveis de emprego (racionalização de serviços e rotatividade) e sobre o lucro

dessas empresas.

Assim, em 1981, o desemprego situava-se em torno de 10%⁶⁰ tendo persistido ao redor desse nível nos dois anos seguintes. Percebe-se que a política salarial posta em prática exatamente num período de contração da economia (ver evolução do PIB no Quadro 21) agravou o problema de desemprego. Com efeito, na ânsia de reduzir os custos e favorecidas pelas dimensões do exército industrial de reserva, as empresas optaram, na medida do possível, pela demissão. Tanto que a cada reajuste do salário mínimo, as demissões também aumentaram consideravelmente. Este fato reforçou as razões para o Artigo 38 da Lei nº 2.065/83, o qual esclarece: "o empregado dispensado sem justa causa sessenta dias antes da data de reajuste faz jus ao recebimento da indenização criada pelo Artigo 9º da Lei nº 6.708/79 e equivalente ao valor de um salário mínimo mensal".⁶¹ Fica reconhecido pois, que parte das demissões ocorridas nos últimos quatro anos é reflexo da política salarial adotada nesse período. O fato se verifica quer pela fragilidade do setor empregador (quanto menor a empresa, menor também a possibilidade de arcar com a elevação dos custos de toda ordem), quer pela relutância desse mesmo setor (inclusive as grandes empresas), em absorver os custos decorrentes da aplicação da política salarial, o que implicaria na redução das margens de lucro. Assim enquanto a legislação protegia os salários das mais baixas camadas de renda, contra os efeitos da inflação

⁶⁰ ROSSETTI, Paschoal. Op. cit., p.31.

⁶¹ MAGANO, Otávio Bueno. Op. cit., p.255.

as empresas forçavam a queda do valor nominal dos salários nos seus quadros de pessoal. Obviamente na impossibilidade (por dispositivos legais) de baixar os salários nominais do empregado em exercício de suas funções, o fazia com a demissão, forçando a rotatividade de pessoal (o processo consiste em demitir empregados de determinadas faixas salariais, dois salários mínimos, por exemplo, e admitir para os cargos vagos, novos empregados no nível de um salário mínimo). Em que pese o fato de que a política, tal como foi adotada, já pressupunha a redução do impacto sobre a folha de pagamento total (no mínimo para as empresas de maior porte em que é menor o peso dos custos da mão de obra nos níveis mais baixos) ao admitir a queda dos salários reais para as faixas mais altas de remuneração.

Ademais, o recurso à rotatividade de pessoal impediu que a distribuição de renda ocorresse dentro da própria classe assalariada - o que não deixava de ter seus aspectos positivos pelo elevado grau de concentração como já foi indicado - fazendo canalizar, senão total, pelo menos boa parte da renda que corresponderia aos mais elevados níveis, para a classe detentora do capital (certamente as empresas maiores se beneficiaram mais).

Quanto à produtividade, a política salarial ao deixar o assunto para o campo das negociações favoreceu no mínimo, as categorias profissionais mais organizadas com certo poder de barganha junto às classes patronais e, neste aspecto, dado percurso recessivo, não se poderia esperar resultados muito positivos aos trabalhadores.

Não é demais lembrar que a hipótese de redução dos

custos com pessoal, encontra limites nos padrões técnicos utilizados pelos setores produtivos o que levaria as empresas à inovação tecnológica, também, nos limites de suas possibilidades.

Ainda, que num prazo mais amplo, a persistir o problema, os detentores do capital tenderiam a optar por tecnologia mais intensiva de capital, o que implicaria também, em elevação dos níveis de desemprego.

Por outro lado, no Brasil, o capital em movimento apresenta custos também elevados - vez que é formado em grande parte por crédito e não por poupança - o que, ao lado das limitações da demanda interna, pressionaria no sentido de neutralizar, pelo menos em parte, aquela tendência.

Quanto aos objetivos redistributivos de elevar e ou manter a renda real dos assalariados, houve um razoável grau de reposição do salário real (ver Quadro 22), e somente foram frustrados na medida em que a classe empregadora ou transferia o ônus acarretado pela política salarial, via inflação, ou reduzia os custos com pessoal provocando aumento do desemprego.

QUADRO 22 - Salários Mínimos Reais (a preço de 1965)

ANO	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE
1978	55,03	55,30	54,50
1979	58,80	62,18	59,05
1980	62,29	66,43	60,30
1981	63,98	71,72	62,19

Fonte: BAER, Werner. Op. cit., p.410.

Assim, embora a política salarial adotada em 1979 te nha representado um avanço para as relações de trabalho (a despeito dos aspectos negativos já sentidos na prática e do Decreto nº 2.065/83 que constituiu um retrocesso), o nível do salário real em 1982, ainda não alcançou os níveis vigentes nos anos iniciais à adoção da política de contenção, nem mesmo no ano de 1975. É o que se pode verificar no exame do quadro 23 em que se relacio na quatro produtos fundamentais na alimentação do brasileiro: carne, leite, feijão e arroz, com o número de horas-salário mí nimo necessário para adquirí-los no mês de março dos anos in dicados.

QUADRO 23 - Poder de Compra do Salário Mínimo em São Paulo (1965-82)

ALIMENTO	QUANTIDADE	1965(horas)	1970(horas)	1975(horas)	1982(horas)
Carne	1 quilo	4,37	6,24	7,55	8,45
Leite	1 litro	0,55	1,13	1,26	1,35
Feijão	1 quilo	1,57	2,00	2,50	3,23
Arroz	1 quilo	1,15	1,45	2,40	2,58

Fonte: GALACHE, G. & ANDRÉ, M. Op. cit., p.129

Com efeito, enquanto em 1965 com 8,44 horas de traba lho, a nível de salário mínimo, poder-se-ia adquirir as quan tidades dos produtos indicados, em 1982, os mesmos produtos só poderiam ser adquiridos com 16,41 horas (1001 min.). Obser_{va} va-se que o poder de compra caiu menos entre 1975 e 1982 (110 min.) do que nos outros dois intervalos (entre 1975 e 1970 a perda corresponde a 209 minutos; entre 1970 e 1965, a 158 mi

nutos de trabalho).

Vale observar que as leis que expressam a política salarial inclusive o Decreto-Lei nº 2.063/83 e Lei nº 7.238/84 não se estendem ao funcionalismo público estatutário. Assim, em termos de equidade, a política salarial adotada em todo o período, ainda deixou a desejar sobretudo se for considerado que a posição daquela faixa de funcionalismo público, é por demais desvantajosa perante os funcionários da administração pública regidos pela CLT. O fato se agrava ao se considerar as três esferas do governo - federal, estadual e municipal - - nos espaços econômicos resultantes do processo de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) caracteristicamente dualista. Assim, enquanto o piso salarial do funcionalismo público do Estado de São Paulo corresponde a dois salários mínimos, pode-se encontrar funcionários públicos municipais percebendo abaixo de 30% do salário mínimo, como é o caso de professores municipais no interior de alguns Estados do Norte/Nordeste.

Enquanto nos centros mais desenvolvidos, os funcionários públicos da administração direta, encontram-se em posição bastante desfavoráveis (em termos de "status" no meio onde convivem) em relação aos funcionários da administração indireta (sobretudo federal) e das grandes empresas, nos Estados menos desenvolvidos, ser funcionário público confere realmente um notável "status" aos poucos privilegiados absorvidos pela administração pública.

O fato dos baixos salários na administração pública pode ser explicado não apenas pelas escassez de recursos, mas

sobretudo, pelo fato de que grande parte dos administradores públicos imprimem, também em relação aos funcionários, a despeito da inexistência de objetivos lucrativos, o caráter exploratório tipicamente capitalista. Ademais, a subserviência é outra característica das relações de trabalho, apesar da estabilidade conferida ao funcionalismo público. Também, a própria orientação central quanto à alocação de recursos para as diferentes esferas de governo dando maior ênfase aos gastos com investimentos, apesar de manter coerência com os objetivos de crescimento acelerado, reforça a tendência aos baixos níveis de remuneração do trabalho.

Quanto ao movimento sindical, verificou-se no sub-período considerado, que as organizações sindicais, de certa forma fortalecidas pelos resultados dos movimentos ocasionados no período anterior, e, com as perspectivas de ampliação dos movimentos proporcionados pelo clima de abertura política, intensificaram suas reivindicações tanto no sentido de recuperar as perdas consequentes da política de contenção salarial como no de reforçar sua capacidade de participação no processo de decisão social, tanto nos assuntos diretamente ligados aos interesses de classe trabalhadora, como nos de interesses sociais mais amplos. Algumas lideranças se organizaram em partidos políticos (PT e facções trabalhistas de outros partidos) de forma que o movimento sindical, a partir de 1980 passou a se caracterizar também, por uma ação voltada ao posicionamento político face aos diferentes polos de poder da sociedade.

Por fim, após um longo período de autoritarismo, parece que um dos fatos mais relevantes para as relações de traba

lho é o que diz respeito à mudança de valores expressa na rejeição à manipulação da classe (autoritarismo em suas múltiplas formas) e na diminuição do sentimento de lealdade à organização - "há relutância dos empregados em atender aos apelos como o de 'vestir a camisa', por exemplo"⁶³ - evidenciando a necessidade de melhor definir as relações capital-trabalho, bem como o sistema organizacional que dá suporte às relações entre o Estado e as instituições representativas das classes profissionais e patronais.

⁶³ TOLEDO, Flávio de. Op. cit., p.67.

6 - A NOVA REPÚBLICA

Como resposta aos anseios da sociedade brasileira, deu-se início ao processo de redemocratização do país, com o estabelecimento do Estado de Direito, um dos fundamentos da "Nova República" - termo proposto pelo Presidente eleito Tancredo Neves para identificar o período.

Observa-se que a eleição Presidencial, embora por via indireta, elevou de tal forma as expectativas populares que o impedimento da posse do Presidente eleito e seu posterior falecimento mergulhou a sociedade num clima de profunda frustração. Seu substituto, o Presidente José Sarney, teve que enfrentar sérios problemas decorrentes desse "clima social" bem como da falta do sólido apoio político necessário para conduzir o próprio processo democrático, promover o crescimento econômico, controlar a inflação, melhorar a redistribuição de renda e eliminar a pobreza absoluta, enfim, promover o desenvolvimento econômico com mais justiça social, tal os compromissos assumidos durante a campanha presidencial.

Destaca-se nesse período, a eleição da Assembleia Nacional Constituinte (Congresso Constituinte), em 1986 com a promulgação da Nova Constituição, dois anos depois, fundamentada em princípios democráticos com alguns avanços sociais.

Outra característica do período foi a constante preocupação do governo em compatibilizar os objetivos de crescimento econômico com os de estabilização dos preços através de políticas heterodoxas, a partir de 1986.

6.1 - Inflação

Diante da estagnação, dos elevados níveis de inflação herdados e dos compromissos políticos assumidos, o governo propõe-se como objetivos imediatos, a retomada do crescimento econômico e a estabilidade dos preços, objetivos apontados como conflitantes pela maioria dos analistas econômicos. Como objetivos de médio e longo prazo, a eliminação dos bolsões de pobreza e o resgate da dívida social consequente das políticas econômicas concentradoras de renda.

Os resultados obtidos demonstram que os objetivos de crescimento foram de certa forma alcançados nos dois primeiros anos do período quando a expansão do PIB foi além dos 8% conforme indicado no Quadro 24. Em 1987, no entanto a taxa de expansão do PIB cai para 3,5%, em 1988, para 0,3% negativos.

Quanto ao processo inflacionário, a economia experimentou, no período, grandes oscilações, passando as taxas de inflação medidas pelo IGP, de 235,1% em 1985, para 65% em 1986, - sendo que no decorrer deste ano chegou a registrar taxas negativas. Em 1987 atingiu 415,8% e em 1988, 1037,6%.

QUADRO 24

Crescimento do PIB x Inflação

ANO	PIB REAL % (Dez./Dez.)	INFLAÇÃO (IGP) %
1985	8,3	235,1
1986	8,2	65,0
1987	3,5	415,8
1988	-0,3*	1037,6

FONTE: PIB até 1987, e Inflação até 1988; Conj. Econômica, FGV.

* IBGE

Em 1985, com a demanda interna fortalecida pelo crescimento dos salários reais e a adoção de medidas de ordem monetária e fiscal, observa-se que teve continuidade o processo de recuperação da economia iniciada em 1984, tendo o setor industrial apresentado uma expansão de 8,4%*. No tocante à inflação, malgrado todos os esforços de aplicação de instrumentos de políticas ortodoxas, a taxa de inflação situou-se em 235,1%.

No ano posterior, constatada a tendência ascendente das expectativas inflacionárias e, diante do diagnóstico de ocorrência de inflação inercial, ou seja, "a causa da inflação é identificada como a própria inflação", o governo decidiu promover um ousado choque heterodoxo e adotou o "Plano Cruzado", como ficou conhecido o instrumento de combate à inflação e reforma monetária, objeto do Decreto-Lei nº 2283, de 28 de fevereiro de 1985, que se constituiu basicamente, de: mudança de base monetária (adotado o CRUZADO com equivalência de Cr\$ 1.000,00 em 1º de março), eliminação da correção monetária e consequente desindexação da economia, congelamento de preços, dos salários e da taxa de câmbio.

Ao desindexar a economia, promoveu decisivo desestímulo à especulação financeira, fator apontado como a principal fonte alimentadora da inflação. Esperava-se também estimular as atividades produtivas e, de certa forma, valorizar o trabalho que passaria a substituir a inércia especulativa.

Implantado através de uma mobilização popular sem precedentes, os resultados imediatos, nos primeiros meses, fo

*Relatório do Banco Central, 1985.

ram bastante satisfatórios face aos objetivos propostos. Assim, a inflação situou-se em 1,0% e 1,4% negativos e 0,09% positivos respectivamente nos meses de março, abril e maio de 1986.

Contudo, nem todos os recursos financeiros foram orientados para as atividades produtivas, passando boa parte deles a pressionar o mercado pelo lado da demanda, o que, aliado a outros fatores de pressão, principalmente de ordem política (grupos econômicos que não concordavam com o congelamento), favoreceram o surgimento de sérios problemas de abastecimento.

Em consequência, a cobrança de ágio e o desencadeamento de novo processo inflacionário, desta vez, de forma oficial não expressa nos índices estabelecidos pelo Governo.

Por outro lado, o fato do ano de 1986 ter coincido com as eleições dos Governadores de Estado e dos Parlamentares, levou o governo ao adiamento de medidas corretivas necessárias, pois ao choque heterodoxo que eliminou a inflação inercial não se sugeriram medidas capazes de promover os reajustes necessários à reorganização da economia.

Em julho de 1986, criou-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento, com recursos do empréstimo compulsório de 30% sobre os preços dos veículos e dos combustíveis automotores. E somente após as eleições de 15 de novembro, (neste mesmo mês) foram tomadas medidas com vistas a corrigir o déficit público, o CRUZADO II, com elevação dos preços públicos (principalmente gasolina, álcool, correio e energia elétrica), da carga tributária incidente sobre produtos não essenciais (automó

veis, cigarros e bebidas) e com a flexibilidade do câmbio.

Tais medidas provocaram o abrupto descongelamento de preços com a incorporação dos ágios e a elevação generalizada dos níveis de preços, como seria de esperar, face ao superaquecimento da demanda, a elevação de custos decorrentes, e o respaldo do argumento de que se o governo não mantinha seus preços, não teria condições morais para impor o congelamento. A perspectiva inflacionária elevou as taxas de juros desestimulando os investimentos tão necessários à expansão dos meios de produção e passaram a exercer pressão sobre os preços pela elevação dos custos.

Desta forma, no ano de 1986, a inflação que alcançou em janeiro e fevereiro as taxas de 17,8% 15,0%, passa em março para -1,0%, chegando em dezembro a 7,6%. Assim, tem-se um acumulado anual de 65% sendo que de março a dezembro (período de vigência do Plano Cruzado), corresponde a 15,48%. Isto em termos oficiais, pois extra-oficialmente é sabido que os preços elevaram-se a níveis bem superiores, com a prática quase generalizada do ágio, principalmente nos últimos meses do ano. Convém salientar que, não obstante a elevação de preços¹ verificada, parece válido afirmar que o choque heterodoxo foi bastante salutar, a despeito de falhas no acompanhamento de sua implantação, pois evitou que se seguisse um dos caminhos drásticos de hiper-inflação ou recessão, tais como se apresentavam as alternativas no início do ano de 1986.

¹ Dificil mensurar devido a existência do ágio.

O ano de 1987 iniciou-se sob a perplexidade dos agentes econômicos diante do fracasso do Plano Cruzado, as incertezas dos novos rumos da Política Econômica e com o retorno às altas taxas de inflação que alcançaram logo nos três primeiros meses, os níveis de 12,0%, 14,1% e 15,0 (IGP) com nítida tendência ascendente e indícios de queda na atividade produtiva.

Em junho de 1987, o Governo insiste na adoção de políticas heterodoxas e através do Decreto-Lei nº 2335 de 12 de junho de 1987, estabelece um plano de estabilização da Economia, o "Plano Bresser", embora mais modesto que o "Plano Cruzado", pretendia controlar o processo inflacionário e reorientar a economia.

O "Plano Bresser" consistiu basicamente em, após um realinhamento de preços, a adoção do congelamento, por um período de três meses, de preços e salários, substituição do "ga^{tilho}" criado na vigência do "Plano Cruzado" para reajustes salariaux mensais, pela URP, Unidade de Referência de Preços,

Também não alcançou os objetivos perseguidos em torno da estabilidade e passados os três primeiros meses de implantação do plano, em que se seguiria uma segunda etapa de liberdade "vigiada" de preços, estes voltaram a subir generalizada^{mente} alcançando no ano, a taxa alarmante de 415,8% com um agravante: a expansão do PIB caiu para 3,5%, bem abaixo dos níveis históricos (ao redor de 7%).

Em 1988, último ano do período, o descontrole do processo inflacionário tem aumentado o descrédito no Governo. Ten

do alcançado em dezembro o nível dos 1037,6% em relação ao ano anterior com a perspectiva ainda ascendente, tem sido cogitada (nos últimos meses), a busca de uma solução política através de um "pacto social" entre os principais agentes econômicos.

Também, sob a perspectiva de um novo congelamento, as empresas tem mantido preços elevados, passando a adotar políticas de venda com desconto como medidas preventivas.

6.2 - Política salarial

Durante o primeiro ano do período, a política salarial foi regida pela Lei nº 7238, de 29.10.84, passando os reajustes salariais a serem concedidos com base em 100% da variação semestral do INPC para os trabalhadores que recebiam até 3 (três) salários mínimos e de 80%, para os trabalhadores nas demais faixas salariais, facultada a sua negociação até os 100% do INPC.

Contudo, várias categorias tiveram, como resultado de negociações efetivadas no decorrer da vigência do referido instrumento legal, abonos, adiantamentos trimestrais e até mesmo reajustes salariais acima do INPC. A expansão dos salários nominais pagos pelo setor industrial situou-se em 286,9% (segundo dados publicados na Conjuntura Econômica/FGV) enquanto as variações do INPC, aplicáveis aos reajustes de junho a dezembro, ficaram em torno de uma média de 215,0%.*

*Dados do Relatório do Banco Central, 1985.

Com a aprovação da Lei nº 7450 de 23.12.85, os reajustes salariais para remuneração até 10 salários mínimos passaram a ser fixados em pelo menos 100% do Índice de Preços ao Consumidor - Amplo (INPC). Foi mantida para os trabalhadores regidos pela CLT, a semestralidade que passou, por este instrumento, a ser aplicável também, aos funcionários públicos da União.

O "Plano Cruzado" imprimiu significativas modificações na política salarial, através do Decreto-Lei nº 2283 de 27 de fevereiro de 1986, com vigência a partir de 01 de março. Em princípio os salários foram congelados, a partir daquela data, quando foram reajustados pela média dos últimos 6 (seis) meses, descontadas as antecipações e acrescidos de um abono de 8,0%.

Na vigência do Plano Cruzado foi estabelecida a anualidade para os reajustes salariais e instituída a correção automática dos salários, a título de antecipação, sempre que a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) atingisse, em termos acumulados, o nível de 20%, a partir do último reajuste, inclusive para as pensões e proventos de aposentadoria. Observa-se que o IPC passou a ser o indexador geral da economia.

Foi instituído o Piso Nacional de Salários, fixado em Cz\$ 804,00, em substituição ao Salário Mínimo até então vigente e que passou a denominar-se Salário Mínimo de Referência, vedado o uso do primeiro, para indexação de qualquer preço.

Instituiu também, o seguro desemprego, antiga reinvin

dicação dos trabalhadores, a ser concedido por um período máximo de quatro meses, em cada período de 18 meses, ao trabalhador desempregado e desprovido de outras fontes de renda, que não se encontre usufruindo de benefícios previdenciários.

Quanto ao valor a ser pago mensalmente, seria de acordo com o salário anteriormente recebido: para o trabalhador que perceber até 3 salários mínimos mensais, o valor do seguro corresponde a 50% do salário, não podendo ser inferior a 70% do salário mínimo; para o trabalhador que tiver remuneração de 3 (três) salários mínimos, o seguro corresponde a 1,5 do salário mínimo.

Outra instituição, de considerável importância para os trabalhadores, principalmente, os de mais baixa renda, foi o vale transporte.

Criado pela Lei nº 7418/85 e regulamentado pelo Decreto 92.180/85 que estabelece obrigatoriedade ao empregador de participar dos gastos de transportes do trabalhador, com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder 6,0% do salário, com vigência a partir de 01 de outubro de 1987.

Com o Plano Bresser, os salários passaram a ser reajustados mensalmente, segundo as variações da URP (Unidade de Referência de Preços) fixada com base na média de variação do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) nos últimos três meses e válida para os reajustes nos três meses seguintes, podendo ser negociada a diferença entre a URP e o IPC, nas datas-base de reajuste de cada categoria profissional.

Tais critérios de reajustes salariais prevaleceram até

o final do período quando se percebe indícios de reconhecimento da necessidade de uma solução política tendo-se iniciado negociações com vistas a um acordo entre os principais agentes sociais, pois, vem contribuindo para realimentar o processo inflacionário uma vez que o setor empregador utiliza-se de mecanismos de transferir para os preços dos produtos o ônus consequente.

6.3 - Relações do trabalho

No decorrer do último período considerado, em que se tornou mais vigoroso o processo de redemocratização, os trabalhadores, com considerável capacidade de mobilização, puderam participar mais ativamente das decisões sociais tomadas no país, quer pressionando os partidos ou facções políticas responsáveis pela fixação das políticas salariais e normas que regulamentam a vida organizacional da classe, quer exercendo o seu poder de negociação junto à classe patronal para obter níveis de reajustes salariais mais elevados do que o permitido pela legislação vigente.

A evolução do piso nacional de salário demonstra que a política de reajuste adotada para este nível de remuneração do trabalho, no primeiro ano do período, permitiu certo crescimento em termos reais, como evidenciam os dados constantes do quadro 25.

Já nos anos posteriores, percebe-se o declínio dos salários para níveis inferiores aos vigentes no início do período, até dezembro/88, quando chega a ultrapassar ligeiramente o de maio de 1985.

QUADRO 25
Brasil - Piso Nacional de Salários
Crescimento Real

Data de Reajuste	Piso Nacional de Salário - Valor nominal	Valor da CTN em moeda corrente	Piso Nacional - Valor em OTN
Novembro 1984	166.560,00	Cr\$ 20.118,71	8,20
Maio 1985	322.080,00	" 38.208,48	8,43
Novembro 1985	600.000,00	" 63.547,22	9,44
Março 1986	804,00	Cz\$ 106,40	7,56
Janeiro 1987	964,80	" 129,97*	7,42
Março 1987	1.368,00	" 181,70	7,53
Maio 1987	1.641,60	" 207,97	7,89
Junho 1987	1.969,92	" 251,56	7,83
Setembro 1987	2.400,00	" 401,69	5,97
Outubro 1987	2.640,00	" 424,51	5,33
Novembro 1987	3.000,00	" 463,48	6,47
Dezembro 1987	3.600,00	" 522,99	6,88
Janeiro 1988	4.500,00	" 596,94	7,54
Fevereiro 1988	5.280,00	" 695,50	7,59
Março 1988	6.240,00	" 820,41	7,61
Abril 1988	7.260,00	" 951,77	7,63
Maio 1988	8.712,00	" 1.135,27	7,67
Junho 1988	10.368,00	" 1.377,12	7,53
Julho 1988	12.444,00	" 1.596,26	7,80
Agosto 1988	15.552,00	" 1.982,48	7,84
Setembro 1988	18.960,00	" 2.392,06	7,93
Outubro 1988	23.700,00	" 2.966,39	7,99
Novembro 1988	30.800,00	" 3.774,73	8,16
Dezembro 1988	40.425,00	" 4.770,89	8,44

*OTN "PRO RATA"

Quanto aos salários médios pagos pelo setor indus
trial, apresentaram níveis de crescimento que variam de 20,60%
e 5,10% nos anos de 1985 e 1986, para 37,46% negativos e
73,9% positivos em 1987 e 1988, respectivamente, como indi
cam os dados constantes no Quadro 26.

Observe-se todavia que, embora a evidência apresente
uma elevação do salário real nos dois primeiros anos do perí
do, a posição relativa dos empregados face aos parceiros so
ciais, não apresenta modificações substanciais, como pode ser
constatado com o exame dos dados dos quadros 27 e 28. Assim,
os trabalhadores que representam aproximadamente 70,37% da po
pulação ocupada em 1982, passam em 1986, para 71,52%, enquan
to os empregadores, em 1982 correspondem a 3,69%, chegam em
1986 a 3,7%. Tais acréscimos evidenciam o deslocamento de par
cela dos que vivem por "conta própria" para os dois outros
grupos.

Dentre os trabalhadores, a parcela que trabalha sem
carteira assinada, continua representando 30,07% em 1986, tal
como se registrara em 1982.

Quanto aos níveis de renda mensais, verifica-se que
de fato houve uma sensível transferência das classes de rendi
mento mais baixos para os mais elevados, contudo, para o em
pregadores a ascensão ocorreu de forma, relativamente mais
vantajosa, tendo as maiores baixas sido registradas nos meno
res níveis de rendimento ao mesmo tempo em que a faixa de
rendimento mais alta foi a que mais se ampliou. Para os em
pregados, o fato ocorreu em sentido inverso.

QUADRO 26
Salário Médio Industrial (ABDIB)
Crescimento Real

VARIAÇÃO SALÁRIO MÉDIO (ABDIB) (dez./dez)		VARIAÇÃO DO INPC (dez./dez.)			DIFERENÇA SEM ÍNDICE DE REAJUSTE SALARIAL (oficial)
ANO	%	IPC	INPC	IPCA	
1985	259,6	-	239,05 ⁽¹⁾	242,2	+ 20,60
1986	85,9	80,80 ⁽¹⁾	58,51	91,92 ⁽¹⁾	+ 5,10
1987	328,5	365,96 ⁽¹⁾	396,00	373,95	- 37,46
1988 (até outubro)	706,2	632,3 ⁽¹⁾	770,93	762,53	+ 73,9

FONTE: dados da Conjuntura Econômica - FGV.

(1) Corresponde ao índice oficial para reajuste de salários. 1986: até fevereiro: IPCA; a partir de março: IPC.

QUADRO 27
 Brasil - Pessoas ocupadas com rendimento no trabalho principal
 e sua distribuição segundo a ocupação

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1982		1986*	
	ABSOLUTA	RELATIVA	ABSOLUTA	RELATIVA
Empregados	30.244.370	70,37	36.578.376	71,52
Cart. Assinada	17.320.997	40,30	21.199.517	41,45
S/Cart. Assinada	12.924.273	30,07	15.378.859	30,07
Conta Própria	11.146.461	25,94	12.667.180	24,77
Empregador	1.587.139	3,69	1.896.910	3,71
TOTAL	42.980.831	100	51.142.469	100

*Exclusive as pessoas que recebem somente em benefícios

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1982 e 1986.

QUADRO 28

Brasil - Pessoas ocupadas com rendimento
por faixa de rendimento

POSICÃO NA OCUPAÇÃO	FAIXA DE RENDIMENTO(1)	Até 0,5 SM	0,5 a 01 SM	01 a 02 SM	02 a 03 SM	03 a 05 SM	05 a 10 SM	Mais de 10 SM	TOTAL
1982		17,1	23,8	27,4	11,3	10,1	6,6	3,3	100
EMPREGADOS		14,8	24,9	29,2	11,6	9,8	6,3	3,4	100
CONTA PRÓPRIA		25,7	23,4	24,8	10,4	9,2	4,7	1,8	100
EMPREGADORES		1,2	3,3	11,5	117,	23,2	26,8	22,2	100
1986		9,4	20,9	24,6	12,9	15,5	10,0	6,7	100
EMPREGADOS		7,8	23,1	26,5	13,6	15,2	8,9	5,0	100
CONTA PRÓPRIA		15,5	17,5	22,1	12,1	16,2	10,6	5,9	100
EMPREGADORES		0,4	1,1	4,4	5,2	16,4	26,9	45,6	100

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1982 e 1986

(1) Corresponde a todos os rendimentos do trabalho. Estão excluídas as pessoas sem rendimento e as que não declararam a faixa de rendimento.

Acrescente-se ao fato, a elevação da lucratividade também no início do período como indicam os dados abaixo, relativos às 500 maiores empresas do país.

Lucro líquido	1980	1983	1985	1986
S/vendas líquidas	9,4	9,4	10,6	13,2

Fonte: Suplemento da Revista Conjuntura Econômica/FGV, setembro de 1987.

Para os funcionários públicos, registrou-se uma melhoria do nível de remuneração a partir de 1985 com a conquista de reajustes no segundo semestre daquele ano, equivalente à variação do INPC apesar de a legislação sobre a semestralidade para a referida classe ter entrado em vigor somente a partir de 01 de janeiro de 1986.

Ainda sob o ponto de vista quantitativo, representam conquistas significativas, o seguro desemprego e vale transporte, tendo este último beneficiado os empregados de mais baixo nível de renda.

Em termos qualitativos, verifica-se que no decorrer do período, as relações de trabalho experimentaram razoável avanço, expresso no maior reconhecimento da classe trabalhadora tanto no ambiente de trabalho, a empresa, como no meio social como um todo.

A nova Carta Constitucional reestabelece o direito à greve, assegura ao trabalhador autônomo os mesmos direitos do empregado, ao trabalhador rural e aos domésticos, os do trabalhador urbano. Reduz a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais. Assegura a todos os trabalhadores o direito à

sindicalização inclusive a funcionários públicos e mantém as conquistas já reconhecidas anteriormente.

Quanto à organização sindical, desvincula os sindicatos do Ministério do Trabalho, mantém o princípio da unidade sindical e remete para a regulamentação a matéria sobre o imposto sindical um dos pontos de divergência entre as diversas organizações de trabalhadores. Assim, o Brasil, por não admitir o pluralismo sindical, continua a contrariar a Recomendação 87 da OIT que tem como um dos seus fundamentos, o reconhecimento de tais características às organizações representativas da classe trabalhadora.

A representação nos locais de trabalho tem constituído o objeto de preocupação e de luta das organizações sindicais e já apresentam algumas experiências como as comissões de fábrica, o "delegado sindical" e outras formas de representação dos trabalhadores junto às empresas, com a participação do sindicato ou não.

A nova Constituição assegura aos trabalhadores das empresas com mais de 200 empregados, a "eleição de representantes destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores".

Poucas, porém são as experiências relativas à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas do setor privado.

A respeito, a nova Constituição assegura também este direito aos trabalhadores bem como o direito à co-gestão na forma que a lei vier a estabelecer.

Cumpra ainda observar que, em 1988, a inflação ultra passou os 1.000% e o Partido dos Trabalhadores, o PT, ao qual se vincula a CUT, logrou cooptar as massas insatisfeitas de importantes centros urbanos como São Paulo, cidades do ABC paulista e Porto Alegre, para eleger os respectivos municípios além de ter apresentado resultados indicadores de ascensão em grande parte das capitais brasileiras.

Tal fato, mantida a tendência, pode colocar a classe dominante numa situação em que ou reprime a corrida inflacionária e consequentes ganhos abusivos sobre trabalhadores e consumidores (constituídos em grande parte por trabalhadores) ou vê ameaçada a própria posição de tradicional ganhador, como parceiro social.

A comodidade de ceder às pressões por reajustes salariais e transferir os custos adicionais aos preços ou de burlar o controle governamental sobre os preços com cobrança de ágio, pode ceder lugar a um dilema entre ganho econômico ou ganho político.

Para os trabalhadores, a perspectiva de melhoria nos níveis de rendas reais, apresenta-se mais relacionada à participação nos lucros do que à conquista de reajustes acima dos níveis da inflação, uma vez que esta via tem apresentado efeitos pouco duradouros pelos meios que o grupo empregador dispõe de transferir os custos consequentes para os preços dos produtos (nos pressupostos do capitalismo).

Diante de tal quadro, parece que as políticas salariais somente terão eficácia se adotadas como resultado con

sensual entre os principais agentes sociais, assumindo o governo, o papel de mediador e controlador dos limites mínimos e máximos de forma a assegurar às categorias desprovidas do poder de barganha, a manutenção do poder aquisitivo dos salários, bem como permitir um freio ao excessivo poder de outras categorias que possam exercer pressão sobre o nível de preços, via reajustes salariais acima da inflação e da produtividade.

Contudo, a fixação de limites máximos de reajuste, por sua vez, somente será eficaz se adotada concomitante a outras formas de elevação do nível de renda dos trabalhadores, por exemplo, a participação nos lucros das empresas.

7 - CONCLUSÃO

1. A evolução das relações de trabalho no Brasil, se deu a partir de um estágio de exploração total com o instituto da escravidão, para um segundo momento em que o trabalhador adquire o direito de propriedade de sua própria força de trabalho, podendo vendê-la no mercado livre e, por último, um terceiro estágio, o de reconhecimento social, embora o reconhecimento, de fato, ainda não tenha alcançado a plenitude de do que é reconhecido em termos de direito.
2. Os conflitos naturais entre Capital e Trabalho tem sido objeto de intervenção do Estado através da adoção de medidas e políticas que, ora favorecem o capital ora o trabalho, segundos os princípios normadores da ação governamental: em termos de valor atribuído a um e outro. O Estado assumiu um papel relevante no processo de reconhecimento social para o que foi decisivo a filosofia política de Getúlio Vargas, cuja ação governamental foi orientada por princípios de valorização social. Ao que parece, tais princípios respondem pelo fato de, no 2º período Getulista as políticas salariais terem sido adotadas para favorecer as relações de trabalho, pois elevou o poder aquisitivo do trabalhador a despeito até mesmo das condições políticas, naquele momento, não tão favoráveis quanto as que vigoraram no Estado Novo, quando teve lugar o ordenamento jurídico das relações de trabalho.

3. A aceleração do processo de desenvolvimento econômico do país através da intensificação do setor industrial em ritmo mais intenso do que o processo de acumulação, conduziu os responsáveis pela adoção de políticas governamentais a recorrerem à inflação como recurso complementar para suprir os níveis de acumulação, acarretando transferência de renda para as classes empregadoras, e reforçando a tendência concentradora da estrutura de consumo que, em última análise, se reflete na composição da estrutura do aparelho produtivo.
4. Os excedentes resultantes da economia agrícola, por fatores condicionantes históricos, destinaram-se primordialmente a uma minoria detentora dos grandes capitais, cuja movimentação se deu com o uso de mão de obra de baixo custo, condicionou a formação de uma estrutura concentradora de renda, antes mesmo da adoção de políticas estimuladoras do processo de intensificação industrial. Guardadas proporções, assim como as relações do trabalho rural foram determinadas pelos grandes proprietários de terra, após a abolição da escravatura, também as relações do trabalho urbano foram fortemente influenciadas pelas classes detentoras do aparelho produtivo industrial a quem interessou no mínimo durante a maior parte dos últimos 30 anos, apropriar-se do excedente gerado no setor mais dinâmico da economia. Isto foi facilitado pelas políticas salariais adotadas versus inflação.

5. Percebe-se que a partir de meados dos anos cinquenta, a adoção de medidas salariais contencionistas concomitantemente com a inflação e razoáveis taxas de crescimento econômico ocorreu até mesmo na vigência de regime democrático. Isto demonstra o grau de imaturidade da classe trabalhadora à época, sendo provável que a forma de organização e atuação dos sindicatos ainda nos moldes em que foi concebida para atuar no contexto corporativo do Estado Novo, tenha retardado a evolução dos organismos de classe. Parece provável ainda, que esse grau de imaturidade demonstrado, seja resultado também do fato de que, grande parte da massa trabalhadora, provindo do meio rural*, com todos os valores aí reinantes que em nada favorecem as relações de trabalho, demandam um certo tempo de adaptação às condições de vida urbana. Nos últimos anos da década de 70 a atuação sindical demonstrou um grau maior de consciência política de classe.

6. A adoção de políticas salariais contencionistas num contexto inflacionário, ao reduzir as chances da grande massa assalariada de participar dos resultados do desenvolvimento econômico, tem fortalecido a tendência concentradora de renda** em favor da classe empregadora. (setor privado e governamental) que mantém salários baixos, mesmo ao incorporar, via importação, avanços tecnológicos e consequente via

* Ver anexo 1

** Ver anexo 2

bilização de maior produtividade.

7. Durante os anos do período correspondente à vigência do autoritarismo militar, as políticas, intencionalmente usadas como instrumento de combate à inflação, acarretaram aos trabalhadores sensíveis perdas, de forma quantitativa (em termos absolutos e relativos) e qualitativa. As primeiras com a queda de salário real da grande massa que constitui a base da pirâmide salarial (níveis de salarios ao redor do mínimo) mesmo nos anos em que a economia apresentou elevado grau de desempenho. As segundas, ou seja, as perdas qualitativas manifestaram-se no mais elevado grau de subordinação, no ajustamento dos interesses dos trabalhadores aos dos patrões, consequência das medidas repressivas postas em prática pelo setor governamental, principalmente, nos 15 primeiros anos, a partir de 1964.
8. Tentativa de reposição do poder aquisitivo da classe trabalhadora se fez sentir a partir de 1979, com a adoção de políticas salariais mais favoráveis a esta classe, em consequência da pressão exercida pelos trabalhadores junto aos centros decisórios do país. No entanto, tendo coincidido com um período de contração da economia, veio contribuir, nos primeiros anos da década de 80, para aumentar o desemprego, tanto pela fragilidade dos setores não modernos da economia em não poder arcar com o ônus consequente, como pela relutância do

do setor capitalista como um todo em não elevar os salários reais, tendo sido lançado mão do recurso da rotatividade de pessoal sempre que possível.

A partir de meados desta década, os ganhos reais obtidos pelos trabalhadores, mesmo com a adoção de políticas de congelamento de preços, tiveram efeito pouco duradouro, tendo contribuído para realimentar o processo inflacionário pela persistência do setor capitalista em manter e até mesmo aumentar suas margens de lucro.

9. As políticas salariais adotadas pelo governo tem apresentado pouca eficácia: não alcançam considerável parcela de trabalhadores do setor informal da economia - atualmente 30% dos trabalhadores com rendimento não tem carteira de trabalho assinada - e tende a ser mais frequentemente superada tanto pelo crescente poder de pressão dos segmentos mais organizados de trabalhadores, como pelos mecanismos de que dispõem os empregadores para garantir-lhes, via elevação de preços, manter a posição de tradicionais ganhadores na repartição dos resultados do esforço produtivo.
10. Nos anos mais recentes, o movimento sindical, mais amadurecido pela própria experiência e fortalecidos pelo processo de redemocratização política vigente, tem orientado a sua ação para uma participação mais relevante nas decisões sociais do país, o que tem sido favorecido pelas elevadas taxas de infla

ção, os insucessos das políticas governamentais para combatê-la e o conseqüente respaldo da população.

As evidências indicam a necessidade de democratização do processo decisório na adoção de políticas governamentais, com o envolvimento dos principais agentes sociais: empregados, empregadores e governo, bem como, a necessidade de democratização dos resultados da produção com medidas consensuais que favoreçam uma melhor redistribuição da renda nacional.

ANEXOS

ANEXO I - População Economicamente Ativa por Setor de Atividade
(1920-1980)

ANO	1920 ¹		1940 ¹		1950 ²		1960 ³		1970 ³		1980 ³	
SETORES	Quantidade (em 1000)	%	Quantidade (em 1000)	%	Quantidade (em 1000)	%	Quantidade (em 1000)	%	Quantidade (em 1000)	%	Quantidade (em 1000)	%
Agricultura	6.377	69,7	9.732	66,4	11.023	64,4	12.277	54,0	13.088	44,3	14.362	32,4
Indústria	1.264	13,8	1.517	10,3	2.208	12,9	3.013	13,3	5.424	18,4	10.534	23,4
Serviços	1.909	16,5	3.412	23,3	3.886	22,7	6.629	32,7	11.032	37,2	19.431	43,7
TOTAL	9.150	100	14.661	100	17.117	100	21.919	100	29.544	100	44.327	100

Fonte: ¹VILLELA, Aníbal Vilanova & SUZIGAN, Wilson, Op. cit., p.74.

²BAER, Werner. Op. cit., p.23 (valor total, Censo Demográfico).

³GALACHE, G. & ANDRÉ, M. Op. cit., p.98.

ANEXO II - Distribuição da População Economicamente Ativa,
Segundo Grupos de Rendimento Mensal - 1970-1980

Grupos de Rendimento Mensal	Distribuição da população economicamente ativa					
	1970			1980		
	Absoluta (1000 pessoas)	Relativa (%)	% do rendimento	Absoluta (1000 pessoas)	Relativa (%)	% do rendimento
Até 1/2 salário mínimo	7.366	26,4	5,7	5.058	12,5	1,4
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	8.363	32,2	15,9	8.392	20,3	5,7
Mais de 1 a 2 salários mínimos	5.632	21,7	19,6	12.528	31,1	15,2
Mais de 2 a 5 salários mínimos	3.299	12,7	24,7	9.526	23,6	25,7
Mais de 5 a 10 salários mínimos	864	3,3	14,6	2.920	7,2	17,7
Mais de 10 a 20 salários mínimos	354	1,3	11,8	1.286	3,2	15,2
Mais de 20 salários mínimos	102	0,4	7,7	630	1,6	19,1
Total ¹	25.980	100,0	100,0	40.340	100,0	100,0

¹Exclusive 2.873 e 3.442 milhares de pessoas que se declaram sem rendimento, respectivamente nos Censos Demográficos de 1970 e 1980:

FONTE: GALACHE, G. & ANDRÉ, M. Brasil: processo e integração. p.98.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AHUMADA, Jorge. Teoria y programacion del desarrollo economico. Cuadernos del Instituto Latinoamericano de Planificacion Economica y Social, Santiago do Chile, (1):87, 1970.
- BACHA, Edmar. Introdução à macroeconomia. 2.ed. Rio de Janeiro, Ed.Campus, 1983. 204p.
- BANACHCUGH, Solon & MOMIKE, Arthur L. La estructura agraria en Siete de America Latina. CEPAL, 1970, 65p.
- BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983, 563p.
- BOWEN, Howard R & MANGON, Garth L. Automação e processo econômico. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. 237p.
- BRAYBROOKE, David & LINDBLOM, Charles E. Uma estratégia de decisão social. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. 269p.
- CASTRO, Antonio Barros de et alii. Trabalho escravo, economia e sociedade. São Paulo, Paz e Terra, 1983. 228p.
- CEPAL. A evolução recente da economia brasileira. Rio de Janeiro, Abril, 1968. 157p.
- CROZIER, Michel. Sociologia do sindicalismo. In: Sindicalismo e Sociedade. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- ECHEVARRIA, José Medina. Subemprego, problemas estrutural. Petrópolis, Vozes, 1970. 215p.
- ETZIONI, Amital. Organizações modernas. 2.ed. São Paulo, Pioneira, 190p.
- FLEURY, Maria Tereza Leme & FISCHER, Rosa Maria. Processo e relações do trabalho no Brasil. São Paulo, Atlas, 1985.

FLIPPO, Edwin B. Princípios de administração de pessoal. 2.ed. São Paulo, Atlas, 1980.

FRY, Maxwell J. Causas, consecuencias y soluciones para la inflacion en los países en desarrollo. Cuadernos de Economia, 58, PUC/Chill, dezembro, 1982.

FURTAO, Celso. Análise do modelo brasileiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. 112p.

_____. O Brasil pós-milagre. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

_____. A crise econômica contemporânea. São Paulo, Revista de Economia Política, jan./mar. 1988.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo, Paz e Terra, 1981. 117p.

_____. A nova política econômica. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 137p.

FRAGA, Armínio & WERLANG, Sérgio. Uma visão da inflação como conflito redistributivo. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Economia, FGV, jul./set. 1983.

GALCHE, G. & ANDRÉ, M. Brasil: processo e integração. 20.ed. São Paulo, Loyola, 1964. 342p.

GALENSON, Walter & LIPSET, Seymour Martin. Teoria y estructura del sindicalismo. Edições Marymar, 1969.

GARCIA, Manuel Enriquez. Salários indexados, preços e empregos: uma contribuição ao estudo da inflação brasileira. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

HEADY, Ferrel. Administração pública. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro, 1984. v.7. t.21.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: Brasil e Grandes Regiões. Rio de Janeiro, 1986.

INSTITUTO LATINOAMERICANO DE PLANIFICACIÓN ECONOMICA Y SOCIAL. La brecha comercial y la integración Latinoamericana. México, Siglo XXI Editores, 1967. 287p.

LAGO, Luis Aranha Correa et alii. O combate a inflação no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

LEDERMAN, Steban. Los recursos humanos en el desarrollo de America Latina. Cuadernos del Instituto Latinoamericano de Planificacion Economica y Social, Santiago do Chile, (1):77, 1969.

LOBO, Júlio. Sindicalismo e negociação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

LONGO, Carlos A. Notas sobre um imposto inflacionário. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Economia, jul./set. 1982.

LOPES, Francisco. Choque heterodoxo. Rio de Janeiro, Campus, 1986.

LUQUE, Carlos A. Inflação no Brasil 1974-1984. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE-USP), 1987.

MACHADO, Edgar Godoi da Matta et alii. O modelo econômico e político brasileiro. Rio de Janeiro, Achiamé, 1983. 140p.

MAGNO, Octávio Bueno. Manual do direito do trabalho. São Paulo, LTr Editores, 1984. v.2. 368p.

MARCH, Janes G. & SIMON, Herbert A. Teoria das organizações. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972. 353p.

MATUS, Ross Siena. Modelos y analisis de política economica. CEPAL / BNDE. cap. 5 e 6, t.1. 157p.

MATTOS, Antonio Carlos Marques. A inflação brasileira. Petrópolis, Vozes, 1986.

MONDALFO, Rodolfo. Estudos sobre Marx. São Paulo, Mestre Jou, 1967. 352p.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. A política trabalhista e a Nova República. São Paulo, LTr, 1985.

PASTORE, José et alii. Profissionais especializados no mercado de trabalho. São Paulo, IPE, abril 1973. 146p.

PEREIRA, José Eduardo de Carvalho. Financiamento externo e crescimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974. 273p.

PINTO, Aníbal. A análise da inflação 'estruturalistas' e 'monetaristas': um inventário. In: Inflação e desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1972.

PINTO, Anibal et alii. Inflação recente no Brasil e na América Latina. Rio de Janeiro, 1978. 206p.

PRADO JUNIOR, Caio. O estruturalismo de Levi-Strauss; o marxismo de Louis al Althusser. São Paulo, Brasiliense, 1971. 108p.

RAP - Revista de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, v.6, n.2, abr./jun. 1972.

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA. v.3, n.3, jul./set. 1983.

_____. v.2, n.4, out./dez. 1982.

REVISTA PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO, IPEA, v.2, n.2, dez. 1972.

REZENDE, Fernando. Finanças públicas. São Paulo, Atlas, 1981. 368p.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968. 215p.

ROSSETTI, José Paschoal. Economia brasileira/82. São Paulo, Atlas, 87p.

SILVA, Ednaldo Araquém da. A relação salário-lucro no Brasil: análise de insumo-produto, 1970 e 1975. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Economia/FGV, v. 42, jan./mar. 1988.

SILVA, Fernando Rezende da. Avaliação do setor público na economia brasileira. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 252p.

SILVA, José Claudio Ferreira da. Diferenciação salarial na indústria brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SILVA, Roque Aparecido da. Os sindicatos e a transição democrática: o que pensam os interessados? São Paulo, Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho, 1986.

SOUZA, Amaury Guimarães. Os efeitos da nova política salarial na negociação coletiva. São Paulo, Nobel; Brasília, Ministério do Trabalho, 1985.

SOUZA, Francisco Araújo Salles. Relações do trabalho no Brasil. São Paulo, Instituto Brasileiro de Relações do Trabalho, 1985.

TOURDINE, Alain & MOTTEZ, Bernard. Classe operária e sociedade global. In: FRIDMANN, G. & NAVILLE, P. Traité de sociologie du travail. Paris, Armand Colin, 1962. v.2. Tradução de Lúcio Antonio M. Rodrigues.